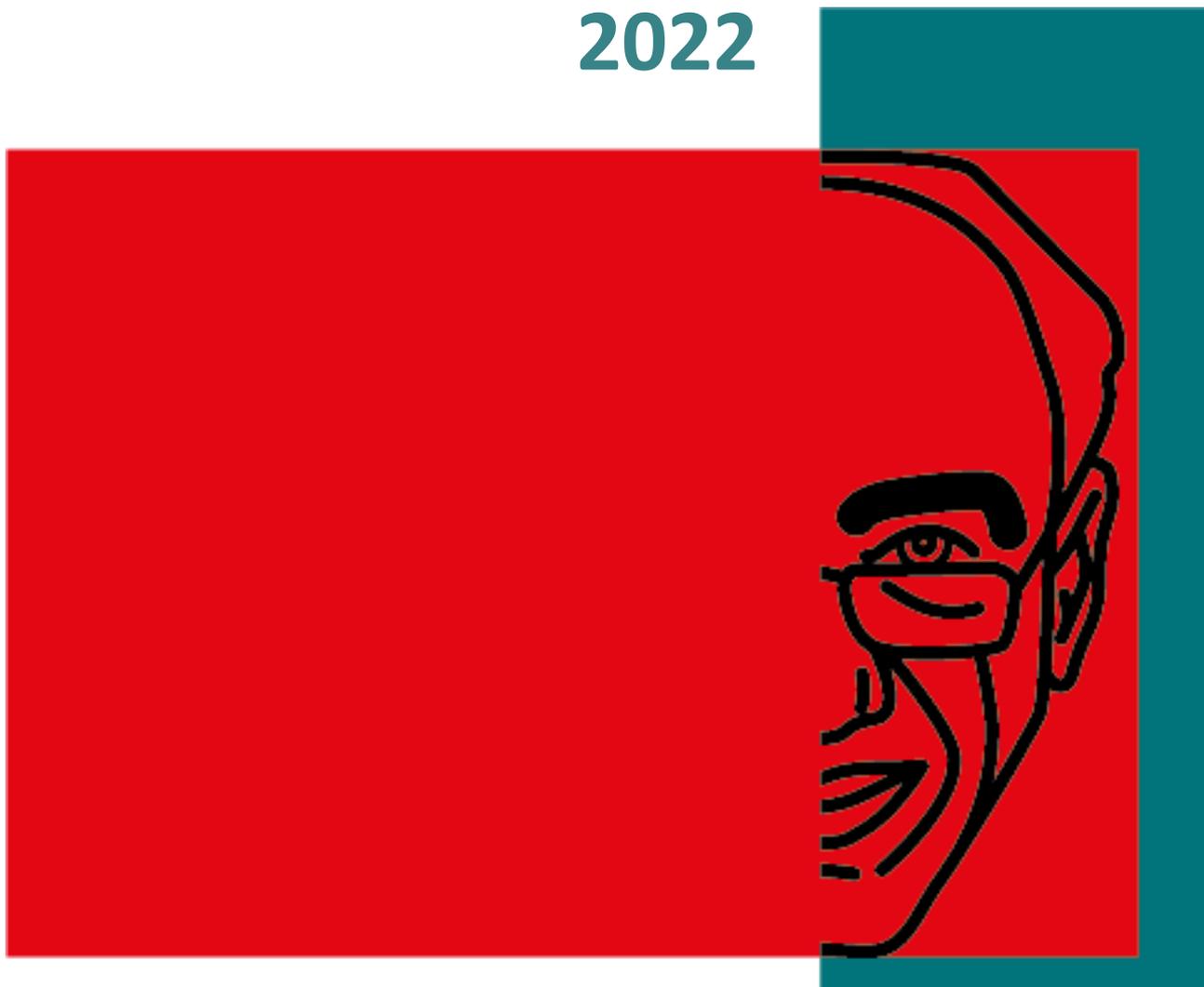


Relatório Anual 2022



ibase

INSTITUTO BRASILEIRO
DE ANÁLISES SOCIAIS
E ECONÔMICAS

Versão Preliminar

2023



Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)

Avenida Presidente Vargas, 446/13º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: 55 21 3082-3555 E-mail: secretariageral@ibase.br

Acesse o nosso Portal em www.ibase.br

Conselho de Governança

Wania Sant'anna - Presidenta

Rosana Heringer - Vice-presidenta

Veriano Terto Júnior - 1º secretário

Nathalie Beghin - 2ª secretária

Rafael dos Santos - 3º secretário

Conselho Fiscal

Carlos Afonso

Débora Santana de Oliveira

Maria Isabel de Vasconcelos Porto Tostes

Athayde Motta

Diretor Executivo

Rita Brandão

Diretora Adjunta



Assessoria da Direção e PMAA (Planejamento, Monitoramento, Aprendizagem e Avaliação)

Sandra Plaisant Jouan

Secretaria Geral, Administração e Pessoas

Iris Patricia Caridade

Raimundo Dumas

Flávia dos Santos

Comunicação

Iracema Dantas

Equipes de projetos

Joice Lima

Raquel Silva

Robson de Aguiar

Tauan Satyro

Thuani Queiroz

Associados Fundadores:

Carlos Alberto Afonso

Cosme Alves Ferreira Netto

Francisco Mario Figueiredo de Souza

Herbet José de Souza

Luiz Gonzaga de Sousa Lima

Marcos Penna Sattamini de Arruda

Maria Nakano

Nivea Maria Pereira Souza

Rubem Cesar Fernandes

Associados Efetivos

Adhemar Mineiro

Agostinho Guerreiro

Alan Brum Pinheiro

Ana Lagôa

Benilda Brito

Cândido Grzybowski

Carlos Afonso

Cida Bento

Claudius Ceccon

Cleonice Dias de Almeida

Débora Santana de Oliveira

Dulce Pandolfi

Enéias da Rosa

Eugênia Motta

Fátima Mello

Fernando Sousa

Fransérgio Goulart de Oliveira
Silva

Graciela Rodriguez

Gustavo Barreto

Henrique Silveira

Iara Amora dos Santos

Isabel Tostes

Ivo Lesbaupin

Janaína Oliveira

Joao Guerra de Castro Monteiro

Joba Alves

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Jorge Osvaldo Romano

Lena Azevedo

Lúcia Xavier

Luciene Lacerda

Luzmere Maria Demoner

Manoel Lapa e Silva

Marcos Otávio Bezerra

Maria Betânia Ávila

Maria de Fátima Moreira de
Souza

Maria Edileuza Matias Soares

Mario Chizuo Osawa

Mário Theodoro

Melisandra Trentin

Mônica Alkimim

Nádia Rebouças

Nathalie Beghin

Nelson Giordano Delgado

Paulo Lugon Arantes

Rafael dos Santos

Rafael dos Santos Silva

Rafael Soares de Oliveira

Regina Célia Domingues

Regina Novaes

Roberto Borges



Rosana Rodrigues Heringer

Sebastião Carlos dos Santos

Sebastião José Martins Soares

Sérgio Ferreira

Sergio Pereira Leite

Simone Santos Silva Oliveira

Sônia Carvalho

Sylvio Costa

Veriano de Souza Terto Júnior

Wania Jesus de Sant'Anna

Associados Beneméritos

Agop Kayayan

Alberto Ercílio Broch

André Spitz

Ari Roitman

Aristides Junqueira Alvarenga

Beatriz Bissio

Carla Rodrigues

Carlos Frederico Loureiro

Carlos Henrique Rodrigues Alves
(Painel)

Carlos Plastino

Celso Japiassu

Celso Simões Bredariol

Danilo Ferreira de Souza

Dom Mauro Morelli

Eduardo Tavares Homem

Emerson Kapaz

Emir Sader

Ervino Schmidt

Francisco de Assis Pinheiro

Francisco Whitaker Ferreira

Giampiero Rasimelli

Henri Acselrad

Isabel Cristina de Moura Carvalho

Ivan Daibert

Jacira Melo

Jaime Patalano

Jane Galvão

Jane Souto de Oliveira

Joel Zito Araújo

José Márcio Camargo

José Roberto Novaes

José Sergio Leite Lopes

Jurandir Freire Costa

Leilah Landim

Lia Blower

Lucia Ribeiro de Oliveira

Luiz Carlos Prado

Luiz Mário Behnken

Lygia Baptista Pereira Segala

Paulette

Maitê Proença

Marcelo Lavenére Machado

Maria da Conceição D'Incao

Maria Emília Lisboa Pacheco

Miguel Serpa Pereira

Moacir Palmeira

Muniz Sodré

Neuri Rosseto

Nívia Maria P. de Souza

Paulo Betti

Paulo Márcio de Mello



Pedro Celestino da Silva Pereira
Filho

Pedro Jorge Bezerra Ferreira Lima

Pedro Luiz Dalcerro

Ricardo Rezende

Rosilene Alvim

Rousseau Leão Castello Filho

Rubem César Fernandes

Sérgio Pizzo

Silvia Camurça

Silvio Schneider (Pr.)

Sueli Caldas

Tadao Takahashi

Tainá da Silva Gamelheiro Soares

Taís Ladeira

Tobias Tomines Faria

Vanilda Paiva

Wanda Engel

Zilda Junqueira



Sumário

I. O Ibase	10
II. Desenho Programático	11
III. O Ibase em 2022	13
IV. Atividades Realizadas em 2022	19
1. Projeto: Empoderamento legal: direito ao acesso à justiça para a promoção Social	
2. Projeto: Pesquisa aplicada e advocacy para garantir medidas de redistribuição de impostos e royalties de mineração	
3. Projeto: Núcleos de Integração Comunitária	
4. Projeto Grupo de Reflexão Estratégica e Abong	
5. Estratégia Digital	
6. Análise Estatística de Dados para a construção de Plataforma Aberta e Gratuita sobre a Questão Racial no Brasil – Projeto Associado	
7. Apoio ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração	
V. Atividades Institucionais Estruturantes	64
VI. Comunicação e Métricas	72
VII. Textos e Mídias Externas	81
VIII. Quadro de Incidência	86
IX. Quadro de Riscos 2022	100



I. O Ibase

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1981, pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em conjunto com Marcos Arruda e Carlos Afonso, parceiros de exílio.

Diante do contexto e dos desafios imediatos e de longo prazo, o Ibase atualiza as suas opções estratégicas como organização de cidadania ativa, antirracista, que defende a integralidade dos direitos humanos e dos direitos da natureza. Trata-se de um engajamento pela ampliação da democracia como estratégia e método de ação que articula as lutas cidadãs pela superação de todas as desigualdades.

Seu campo prioritário de atuação é a sociedade civil. Com sua ação de incidência político-cultural, o Ibase visa o fortalecimento dos sujeitos coletivos democráticos, suas redes e seus fóruns por meio do assessoramento na defesa da garantia e ampliação de direitos e dos espaços democráticos de participação cidadã. A manutenção da autonomia institucional é condição indispensável para que o Ibase permaneça sendo um ator civil voltado ao interesse público.

Visão e motivação

- Guiar-se por princípios e valores éticos da democracia, do antirracismo e todas as formas de discriminação e opressão, da sustentabilidade da vida e do planeta.
- Engajar-se pela igualdade, ampliação de direitos e emancipação social de todas e de todos.
- Promover a justiça socioambiental e o cuidado com os bens comuns e os territórios sustentáveis.

Objetivos estratégicos

- Apoiar a cidadania ativa em suas ações diretas de incidência político-cultural, com vistas ao fortalecimento do tecido associativo da diversidade de sujeitos coletivos, fortalecendo ações antirracistas, a igualdade de gênero, a luta LGBTQI+ fobia, os movimentos de favelas e periferias e a participação cidadã.
- Afirmar a cultura da democracia e dos direitos de cidadania entendidos como os direitos Humanos em sua integralidade e indivizibilidade, por meio da superação das desigualdades e garantia dos direitos da natureza.
- Fortalecer o debate público em defesa dos direitos humanos, dos direitos da natureza e da democracia com o apoio às ações da diversidade dos sujeitos coletivos.



II. Desenho Programático

Para o Ibase, a luta pela democracia envolve resistência e proposição. Uma ação efetiva na defesa da democracia e ampliação dos direitos de cidadania implica em estarmos conectados aos movimentos, organizações e conflitos nos locais de vida e trabalho onde o Ibase faz a opção estratégica de desenvolver seus projetos, de fortalecer a cidadania ativa através da produção qualificada e participativa de dados, indicadores e pesquisas e realizar ações de comunicação que possam incidir e influenciar o debate público.

O Ibase sempre fez parcerias com um amplo leque de organizações da sociedade civil. De organizações de base em pequenas cidades à grandes redes e movimentos em nível nacional e internacional. Os diálogos variam, desde grupos de moradores de favelas, comunidades e assentamento rurais até coletivos de juventudes, organizações de mulheres e organizações feministas, organizações de mulheres negras e do movimento negro, a movimentos internacionais altermundialistas, de direitos humanos, de cidadania planetária, além de participar organicamente em comitês, redes e articulações diversas também em diferentes escalas.

Para uma organização de cidadania ativa que luta pela mais substantiva democracia na construção não somente de um outro país, mas de novos paradigmas civilizatórios, estas são escolhas estratégicas de engajamento institucional e que no presente plano se apresenta a partir de quatro eixos componentes: A produção de conhecimento, fortalecimento e qualificação de lutas políticas; A Organização territorial e fortalecimento do tecido associativo local; A produção de Diálogos Estratégicos e de debates públicos; E Participação qualificada em Redes, Fóruns, Coletivos, Coalisões e Articulações. Nossas ações estratégicas estão referenciadas nestes 4 Eixos Componentes, onde cada um ou eles combinados constituem a referência necessária em qualquer projeto ou ação desenvolvida.

1. Produção de conhecimento, fortalecimento e qualificação de lutas políticas

Produção de conhecimento e realização de pesquisas, incluindo o uso de metodologias criadas pelo próprio Ibase (Indicadores de Cidadania – Incid etc.) a partir dos territórios e com participação dos sujeitos e entes envolvidos. Visa a produção de pesquisas e estudos da instituição acerca das temáticas dos direitos humanos, da democracia, das desigualdades e dos direitos da natureza em cidades e territórios, tornando-se fonte de informação, de formação e qualificação para a ação política nos territórios em que o Ibase atua, para as OSC, universidades, governos e outros. Visa também aliar a ação nos territórios no âmbito local com as diferentes iniciativas conduzidas pelo IBASE e movimentos que a instituição dialoga.



2. Organização territorial e fortalecimento do tecido associativo local

Reforça a estratégia da presença do IBASE nos territórios com o fortalecimento do tecido associativo local e estímulo aos processos de articulação e organização comunitária visando a constituição de Fóruns, Redes e Coletivos, incluindo o uso de metodologias próprias criadas pelo Ibase (Desenvolvimento Local etc.) estimulando processos que promovam a participação social em diferentes âmbitos.

3. Diálogos estratégicos e debate público

Trata da contribuição institucional ao debate no espaço público por meio da disputa de estratégias e ideias, em mensagens e ações de comunicação e incidência, com a promoção de conhecimentos e argumentos produzidos pelo Ibase, pelos territórios, por organizações da sociedade civil e por redes e fóruns utilizando diferentes ferramentas – redes sociais, debates públicos, análise de conjuntura, notas, artigos, cartas, campanhas, entre outros, favorecendo a incidência pública. Historicamente, a comunicação tem sido um campo de atuação estratégico e um instrumento de mobilização poderoso para o Ibase, conferindo à instituição um grande poder de convocação (na sociedade civil) e de influência (na agenda pública). Para o Ibase, é fundamental que a promoção de debates estratégicos e a inserção no debate público reflitam ações institucionais ou feitas em parceria com outras organizações do campo democrático.

4. Participação qualificada em Redes, Fóruns, Coletivos, Coalisões e Articulações

Visa a participação do Ibase no campo das organizações de cidadania ativa e de movimentos da sociedade civil e suas articulações políticas, através da contribuição qualificada organizada em torno de agendas estratégicas ou prioritárias para o Ibase nos âmbito nacional e internacional.



III. O Ibase em 2022

No primeiro trimestre, o Ibase retornou às atividades presenciais em sua sede de forma híbrida (presencial e remota), com alternância das equipes e a adoção de medidas de proteção adequadas (distanciamento entre as pessoas, medição de temperatura ao ingressar, uso de máscaras, calendário vacinal em dia etc.). As equipes de trabalho (Diretoria, Pesquisa, Secretaria Geral, Administração e Finanças e Comunicação) se organizaram para estar presencialmente na sede duas vezes por semana e trabalhar três dias de maneira remota em casa. Assim as equipes se dividiram com presença de funcionários na sede do Ibase de segunda à quinta-feira, ficando a sexta-feira para a realização de serviços de manutenção e limpeza minimizando a exposição dos funcionários às pessoas externas prestadoras de serviços.

Também retomamos o trabalho de atuação presencial nos territórios de favelas e periferias, nas pesquisas em diálogo direto com moradoras e moradores, nas formações e capacitações, nos conversatórios e encontros, bem como realizamos o trabalho de representação e participação institucional em redes e fóruns nacionais e internacionais, das maneiras presencial e híbrida.

Além de avançar no planejamento das atividades citadas acima, iniciamos internamente o processo de elaboração do Programa de Integridade do Ibase, a ser composto por vários documentos e ferramentas. Esse Programa diz respeito tanto à questão dos padrões éticos que balizam as ações da instituição quanto à adequação do Ibase à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Em maio de 2022 o Ibase contratou a SBSA Advogados, especializada no Terceiro Setor, para orientar o Ibase na formulação de seu Programa de Integridade, que auxiliará a direção e seu corpo de colaboradores a identificar e adotar ações preventivas que possibilitem sanar interna e antecipadamente irregularidades, promovendo maior ganho de reputação e credibilidade perante parceiros e financiadores, e que promovam a proteção adequada dos dados pessoais de colaboradores, prestadores de serviços, doadores, conselheiros e do público que interage com o Ibase, dentro dos termos da legislação vigente e de parâmetros de integridade e proteção.

A SBSA realizou encontros com o comitê interno criado no Ibase de forma a aprimorar o seu conhecimento sobre a organização e identificar, tanto nos documentos quanto nos processos de trabalho, lacunas, ameaças e riscos à segurança institucional, sejam eles jurídicos, financeiros, patrimonial, relacional etc. Este processo foi necessário para a elaboração do Diagnóstico de Conformidade Legal e análise de riscos do Ibase, visando o desenvolvimento do Programa de Integridade que acolherá, entre outros, o Código de Conduta Ética e Integridade da instituição.

Para a efetiva implantação do Programa de Integridade será necessária a capacitação de toda a equipe e um processo contínuo de comunicação que deve abranger não apenas os membros do



Ibase, mas também os parceiros e o público mais amplo com os quais a organização se relaciona, pois estes também estão implicados no cumprimento efetivo desse programa.

Em termos de comunicação institucional, o Ibase tem aprimorado sua estratégia digital. Em 2022, essa estratégia se dedicou a aumentar a visibilidade sobre a retomada das atividades de projetos. Aumentamos a quantidade de postagens e passamos a contar com a assessoria de uma agência de marketing especializada no Terceiro Setor contratada para aumentar o engajamento de nosso público. No feed do Instagram, por exemplo, foram 58 postagens feitas ao longo do primeiro semestre de 2022 (no segundo semestre de 2021 haviam sido apenas 22 postagens). Aliado ao esforço de aperfeiçoar nossa estratégia digital, foi feita a atualização do mailing institucional, com a checagem de e-mails válidos e descarte de endereços que não existem mais. Atualmente, nossa base é de 3.204 endereços válidos e confirmados.

Em 2022, foram encerradas as atividades relativas ao Projeto Núcleos de Integração Comunitária, uma parceria de longa data com a empresa geradora de energia elétrica Furnas e que compunha o sistema de contrapartidas do projeto PPM, com atividades em um tema estratégico para o Ibase que é o Desenvolvimento Local. Furnas foi privatizada e houve a finalização de nosso contrato.

Realizamos a pesquisa “Novos Olhares das Favelas Sobre as Transformações Urbanas”. Esta pesquisa analisou a experiência dos projetos de urbanização em favelas na perspectiva de seus moradores/as, impactos dos programas realizados e os novos olhares sobre transformações urbanas necessárias nos territórios. É uma pesquisa de percepção que utiliza a metodologia Incid desenvolvida pelo Ibase, produzindo dados primários a partir de entrevistas de fluxo (questionário aplicado a transeuntes) realizada em territórios de nove favelas do Rio de Janeiro. O objetivo dessa pesquisa é ser um instrumento de advocacy da cidadania ativa formada por organizações da sociedade civil (OSCs) e movimentos de favelas na formulação e execução de novas edições de programas de urbanização nestes territórios. O relatório da pesquisa deverá ser lançado em 2023.

Realizamos também a Campanha Prato Cheio de Sonhos, que teve como objetivo informar sobre a crise alimentar na primeira infância (crianças de 0 a 6 anos de idade) e garantir recursos para que famílias do Complexo do Alemão pudessem adquirir alimentos de qualidade durante três meses (novembro/2022, dezembro/2022 e janeiro/2023), durante as festas de final de ano e as férias escolares, período em que muitas creches interrompem as atividades.

A campanha foi feita em parceria com ONGs locais e foi direcionada às crianças que possuíam vínculo com algum projeto social destas ONGs. Foram atendidas 740 crianças de 0 a 6 anos em situação de insegurança alimentar, o que inclui situações de fome e/ou desnutrição. Para cada uma, foi entregue um cartão alimentação, com três recargas mensais de R\$150.

No segundo semestre de 2022, a continuidade do desmonte de políticas públicas, em especial dos sistemas de proteção social; a piora na crise econômica e o aumento das desigualdades sociais contribuíram para o agravamento das condições de vida de grande parcela da população brasileira. Não foi possível reverter os impactos da pandemia em matéria de pobreza e extrema pobreza. A recuperação do mercado de trabalho no período pós-pandemia tem sido liderada pelo setor informal e por empregos de menor qualidade e grande parcela da população não encontra trabalho ou está inserida em trabalhos precarizados.

Os elevados preços de itens essenciais da cesta de consumo popular, como carnes e gás de cozinha, impactaram na perda do poder de compra e, diretamente, no acesso das pessoas mais pobres a alimentos, não só em termos de quantidade, mas também em termos de qualidade, agravando o quadro de vulnerabilidade dessa população. Para além da questão da segurança alimentar, são necessários esforços intersetoriais de política pública que agreguem oferta educacional, de saúde, de trabalho e de proteção social, permitindo que se estabeleçam mecanismos que possam garantir um nível de bem-estar, especialmente para a população mais pobre.

A este cenário, soma-se a polarização que marcou as eleições de 2022 no Brasil e a tensão política e social que foram as mais acirradas desde a redemocratização do país. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da coligação dos partidos PT, PC do B, PV, PSB, Psol, Rede, Solidariedade, Avante, AGIR, PROS, PDT e Cidadania, obteve 50,83% dos votos válidos, enquanto o candidato oponente Jair Bolsonaro, da coligação dos partidos Liberal, Progressista e Republicano, obteve 49,10% dos votos válidos. Eleito em 2019, Bolsonaro foi o único presidente desde o fim da ditadura a não conseguir se reeleger no cargo. Outras cinco siglas, a maioria de centro, optaram por declarar neutralidade (União Brasil, MDB, PSDB, PSD e Novo).

Foram inúmeros os ataques ao sistema eleitoral por parte da coligação do candidato Bolsonaro. No entanto, a justiça eleitoral brasileira conseguiu resolver essas questões dentro dos limites do Estado Democrático de Direito. Diante dessa política nacional conturbada, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) buscou apoio nas Missões de Observação Eleitoral (MOE) como estratégia para conter ações que poderiam ameaçar as eleições.

A votação de Lula foi expressiva, ainda que tenha frustrado a expectativa de vitória em primeiro turno. Está claro sua imensa força política frente ao crescimento da extrema-direita que engoliu a direita tradicional brasileira. Lula foi capaz de construir uma frente ampla com apoio de grupos de centro-direita e de centro em oposição à extrema-direita.

No entanto, não podemos ignorar que a extrema-direita está enraizada na sociedade brasileira estruturada em torno de um determinado segmento da população que tem sua base nas classes



médias e altas da sociedade, com forte presença religiosa e com acentuada presença em alguns setores, como militares, policiais militares, pequenos empresários e produtores ligados ao agronegócio e segmentos na área de comércio e serviços. Os simpatizantes da extrema-direita estão mais concentrados nas regiões Sul, Norte e Centro do país.

Inúmeras foram as tentativas de Bolsonaro de interferir no processo eleitoral, incluindo a proposta de uma Emenda à Constituição (“PEC dos benefícios” ou “PEC das bondades”), que possibilitou ao governo gastar por fora do teto de gastos mais R\$ 41,25 bilhões até o fim do ano de 2022 para aumentar benefícios sociais, como o Auxílio Brasil e o Vale Gás, bem como a criação de subsídios a caminhoneiros, motoristas de táxi e aplicativos, estas últimas categorias declaradamente apoiadoras do ex-presidente. A proposta era ampliar esses programas até o final do ano de 2022. Como a transferência voluntária de recursos para estados e municípios não é permitida nos três meses anteriores às eleições, o governo instituiu um Estado de Emergência até 31 de dezembro de 2022 para a aprovação da PEC dos benefícios, de forma que pudesse conquistar votos.

Mesmo após a apuração dos votos e a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil, grupos que não aceitaram o resultado favorável ao petista foram às ruas e obstruíram o tráfego de mais de 150 rodovias pelo país, causando transtornos em diversas regiões (dificuldade de mobilidade urbana, desabastecimento de produtos e suspensão de serviços da área de saúde). Houve uma cobrança de autoridades políticas e a pressão da sociedade civil para que ocorresse o desbloqueio das rodovias a fim de assegurar a segurança pública no país e o respeito ao Estado Democrático de direito.

O resultado das eleições majoritárias, embora mais favorável ao campo popular e à agenda de direitos, foi bastante apertada, o que demonstrou que quase metade da população foi contrária a este projeto político e não desejava uma mudança. Sabemos que o presidente Lula e a coligação que venceu a disputa democrática terá que se empenhar durante seu mandato para reverter sérios problemas sociais, ambientais e econômicos e precisará lidar com a fome, o desemprego, a inflação acima da meta e a necessidade da reestruturação do aparato estatal a fim de se restabelecer e fortalecer a governança em um contexto de escassez de recursos orçamentários.

Também na sociedade, ações urgentes precisam ser implementadas, tais como o resgate da participação da sociedade na construção e implementação das políticas públicas, o enfrentamento da crise das mudanças climáticas, com ênfase especial para alcançar o desmatamento zero na Amazônia, a eliminação dos garimpos ilegais em terras indígenas e o combate ao crime organizado.

No que diz respeito à sociedade civil e à cidadania ativa nos territórios, vivenciamos a partir do início do ano de 2022 um forte desejo de retomada das ações, ainda que com precauções e receios, mas



a expressão do desejo de “ver pessoas” e de “estar com as pessoas” começou a se configurar em encontros que aos poucos foram se tornando mais numerosos.

No entanto, a participação e engajamento nas ações sociais ligadas às atividades de projetos específicos no segundo semestre de 2022 foram dando lugar a certeza de que não havia nada mais importante - tanto para os setores populares quanto para os grandes movimentos sociais do país - do que se engajarem veementemente na campanha eleitoral.

Logo, os encontros e discussões foram ficando cada vez mais esvaziados ou não acontecendo por falta de quórum, dando lugar ao engajamento político pelas eleições presidenciais e para os governos estaduais, pois o direito à vida de milhares de pessoas estava em jogo naquele momento.

No Rio de Janeiro, o resultado da eleição para deputado federal refletiu a disputa nacional. Partidos que apoiam a candidatura Lula, como Psol e PT, tiveram bom desempenho, estando entre os mais votados, mas ficando em pequena desvantagem em comparação aos candidatos bolsonaristas. Das 46 cadeiras da Câmara Federal alocadas para o estado do Rio de Janeiro, foram eleitos 18 parlamentares do partido da base do Bolsonaro e do governador reeleito Claudio Castro, enquanto os partidos que apoiam o presidente Lula elegeram 15. Os partidos que se mantiveram neutros conseguiram eleger 13 cadeiras.

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) renovou 33 cadeiras da atual composição de deputados e deputadas. A bancada da coligação que apoiou a eleição do presidente Lula possui 24 cadeiras das 70 existentes. A bancada de apoio a Jair Bolsonaro possui 26 deputados. No entanto, os partidos que se declararam neutros possuem 20, o que demonstra que a disputa continua bastante acirrada para a aprovação de leis e implementação de políticas públicas de reversão ao desmonte e garantidoras de direitos no estado e na cidade do Rio de Janeiro. Esse cenário certamente demandará reivindicações, participação e pressão por parte do campo popular.

O que essa realidade demonstra é que nem na cidade, nem no estado do Rio de Janeiro e tampouco no âmbito federal podemos achar que o jogo está ganho. Metade do Brasil apoia uma política antipobres, de destituição de direitos, de maior cerceamento do direito à participação e à livre expressão na área social (o que impede o avanço de políticas importantes como saúde, educação e moradia), mas convive com o avanço do desmatamento, com a repressão e violência nas favelas, com alto índice de mortes de jovens negros, com o aumento da violência de gênero, com o alto índice de mortes de indígenas e outros povos tradicionais e com o exponencial aumento fome entre a população brasileira, mazela que havíamos superado há quase uma década.

A conjuntura política imprime um sentido de urgência e de responsabilidade de nossas ações neste ano que inicia com tantos desafios, mas também com boas possibilidades objetivas de ação. O



trabalho que o Ibase implementa sobre violações de direitos em territórios marginalizados, de organização comunitária e desenvolvimento local e de formação, assessoramento e impulsionamento da ação política da cidadania ativa local é sem dúvida muito importante neste cenário.

IV. Atividades Realizadas em 2022

1. Projeto: Empoderamento legal: direito ao acesso à justiça para a promoção social

OBJETIVO GERAL

Impulsionar a participação cidadã, a incidência política e o empoderamento legal de militantes, ativistas e movimentos de territórios favelas e periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

OBJETIVO ESPECÍFICO

1. Envolver representantes da sociedade civil dos territórios selecionados em um amplo processo de pesquisa-ação, produção de dados e indicadores sobre suas condições devida e sobre a efetivação ou violações de seus direitos humanos (entendidos como direitos de cidadania).
2. Realizar, com base nos dados levantando e indicadores produzidos, um processo educativo/formativo de apropriação e consciência dos direitos/violações vividas, do direito à participação cidadã e do empoderamento legal que impulse e amplie o ativismo cidadão e a busca pela efetivação de direitos.
3. Construir capacidades que qualifiquem e organizem a participação cidadã com o entendimento e a apropriação das ferramentas e dos mecanismos jurídicos impulsionadores do acesso à justiça e da defesa de direitos individuais e coletivos.
4. Aproximar grandes OSCs de direitos humanos, redes de promoção e proteção dos direitos humanos brasileiras e internacionais e setores do judiciário brasileiro dos territórios pesquisados para a realização de trabalho em parceria de apoio e defesa de defensores e defensoras de direitos humanos, encaminhamento e promoção do acesso à justiça.

AÇÕES REALIZADAS

- **Término da construção dos indicadores das dimensões da cidadania medida e garantida, com destaque para a realização de pedidos de informações com base na Lei de Acesso à Informação, o que já é um exercício dos territórios para fazer valer direitos.**

Finalização da sistematização e análise dos dados para a construção dos 04 Indicadores de Garantia de Transparência do Poder Público para os Municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias, no período de janeiro a junho de 2022.



- **Realização da pesquisa da dimensão da cidadania percebida (pesquisa de fluxo, por amostragem representativa, para a construção de dados dessa dimensão de análise).**

No período de janeiro a março realizamos o processo de seleção para entrevistadoras/es da pesquisa de fluxo, onde foram feitas 86 entrevistas com moradoras/es dos territórios abarcados pelo Projeto CAAJ e sendo contratadas ao final do processo 31 pessoas (21 de Jardim Gramacho e 10 do Complexo do Borel). De março a maio realizamos cinco encontros formativos preparatórios com todas/os as/os entrevistadoras/es sobre sistema Incid, métodos e técnicas de pesquisa com aprofundamento em pesquisa por amostragem: 2 encontros para a equipe de Jardim Gramacho (realizado no próprio território) e 3 encontros para a equipe do Complexo do Borel (realizados na sede da Ibase). Ao todo estiveram envolvidas, além dos contratados (31 pessoas), a equipe ampliada do projeto CAAJ (10 pessoas) e o consultor estatístico (01 pessoa).

A pesquisa de fluxo ocorreu no território de Jardim Gramacho, entre os dias de 17 de março a 25 de abril de 2022 em que foram aplicados 2966 questionários e entre os dias 04 de abril a 27 de maio de 2022, no território do Complexo do Borel onde foram realizadas 2715 entrevistas, totalizando 5.681 questionários ao final deste processo.

No segundo semestre de 2022 foi realizada a pesquisa da dimensão percebida no Complexo do Alemão em parceria com a organização Raízes em Movimento. A pesquisa iniciou em novembro de 2022 e encerrou em janeiro de 2023. Metodologicamente foram calculados 6.773 questionários nesta pesquisa por amostragem não-probabilístico e, contou com uma equipe de 28 pessoas. Foi calculada a partir da seleção de cotas populacionais de gênero e idade, realizada com pessoas de 15 anos ou mais, dividindo o território segundo os setores censitários do IBGE garantindo, o espalhamento espacial da amostra. Estamos em processo de sistematização e análise dos dados.

- **Consolidação de diagnóstico dos territórios com base nos dados levantados na pesquisa.**

Para a consolidação do Diagnóstico Social Participativo dos territórios, no primeiro semestre de 2022 realizamos a etapa dos Diálogos Participativos, que consiste em, com base nos dados levantados e indicadores produzidos na pesquisa sobre os territórios, realizar um processo de diálogos participativos para apropriação e consciência dos direitos/violações vividos. Ao todo foram realizados 04 encontros, 02 de virtuais e 02 presenciais, que contaram com a participação de 25 pessoas, 14 mulheres e 11 homens, nos dois territórios. Em Jardim Gramacho foram realizados 02 encontros (nas datas de 04 de fevereiro e 25 de maio) com a presença de 15 pessoas e no Complexo do Borel foram realizados 02 encontros (nas datas de 17/03 e 06/05 com a presença de 10 pessoas).



- **Lançamento do Diagnóstico Social Participativo Local.**

Os diagnósticos Sociais participativos construídos em um processo de diálogo ampliado com o território no semestre passado tiveram como objetivo o envolvimento de mais atores sociais, representantes da cidadania ativa local, com o projeto, além de iniciar a reflexão em torno de questões prioritárias para cada um deles. Os eventos de lançamentos é também foram uma maneira de irmos consolidando parcerias, onde cada participante pôde ver sua contribuição valorizada em um documento comum de análise de seu território e suas principais demandas coletivas.

Em Jardim Gramacho estiveram presentes: 24 pessoas (16 mulheres e 8 homens) representando as seguintes organizações: Pastoral da Criança, Programa de Saúde da Família, representantes da Creche e da Escola Comunitária de Jardim Gramacho, representantes do Movimento de Catadores, do Movimento Negro Unificado, o Educafro, representantes das igrejas Assembleia de Deus, Metodista Wesleyana, trabalhadoras do Posto de saúde Local, das Escolas e moradores (as) do território de Jardim Gramacho, além do Fórum Comunitário.

No Complexo do Borel estiveram presentes 28 pessoas (19 mulheres e 8 homens) representantes das seguintes organizações: Jovens com uma Missão - JOCUM, Velha Guarda da Unidos da Tijuca, Ação Comunitária de Favelas, Creche Santa Mônica, Instituto Cidadania, Associação de Moradores do Borel, Associação de Moradores da Indiana, Comissão de Moradores da Indiana, Fundação São Joaquim, assessoria da Deputada Estadual Mônica Francisco, além de trabalhadoras(es) da saúde, da educação, agentes ambientais e moradores(es) do Complexo do Borel, além do coletivo de juventudes Brota na Laje.

- **Sistematização e análise dos dados coletados na pesquisa da dimensão da Cidadania Percebida**

Neste semestre avançamos na construção do Sistema de Indicadores aplicado aos dois territórios com a seguinte estrutura:

Dimensão da Cidadania	Território	
	Jardim Gramacho	Complexo do Borel
Medida	32	37
Garantida	15	17



Percebida	64	64
Ativa	---	---
Total por território	111	118

- **Campanha de autocadastramento no Banco de Dados de Espaços e Ações Cidadãs (BDEAC).**

Dada a reformulação do BDEAC houve nos territórios o mapeamento dos espaços de cidadania ativa já cadastrados, mas que necessitavam de atualização, bem como de novos espaços. Desta maneira, foram realizados: 06 novos cadastros de espaços em Jardim Gramacho e 08 no Complexo do Borel e mapeados 07 espaços a serem cadastrados em Jardim Gramacho e 09 no Complexo do Borel. Ao todo estiveram envolvidas neste processo 17 pessoas em Jardim Gramacho e 21 no Complexo do Borel.

Cabe ressaltar que a estava previsto para este semestre uma campanha de autocadastramento no Banco de Dados de Espaços e Ações Cidadãs – BDEAC, o que resultaria na adesão de novas organizações locais e na produção de indicadores desta dimensão de análise. No entanto, neste segundo semestre de 2022, o Ibase, assessorado juridicamente por uma consultoria contratada, iniciou um processo para adequação à Legislação de Proteção de Dados (LGPD / Lei 13.009), de forma a garantir que o acesso à informação seja cada vez mais transparente e democrático. Componentes da adequação à LGPD, tanto a Política de Privacidade quanto a Política de Segurança da Informação e adoção de medidas políticas de Segurança de Informações Básicas estão em fase final de revisão e implantação, tendo como objetivo conferir transparência às práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais e/ou dados pessoais sensíveis ("Dados") realizado em nossos sites, com o intuito de melhor corresponder ao compromisso de proteção dos dados. Com isso, somente a partir do próximo semestre iremos realizar a campanha de autocadastramento e os indicadores da dimensão da Cidadania Ativa, com as devidas proteções legais.

- **Realização das Rodas de Diálogos**

Neste semestre a equipe técnica se dedicou à sistematização e análise dos dados, bem como em seu estudo e apropriação para realizar a capacitação do território sobre os indicadores produzidos e viabilizar as Rodas de Diálogo, que inauguram as ações do Eixo Diálogos participativos, após a finalização da pesquisa. Assim foi possível a construção de indicadores sociais que são a base de informações para a discussão sobre a efetividade de direitos. Foram realizadas 8 Rodas de Diálogos

que contaram com representantes da sociedade civil e militantes dos territórios para discussão sobre os indicadores das dimensões da Cidadania Medida, Garantida e Percebida e as violações de direito apontadas, além da qualificações destes dados, a partir do processo de diálogo.

Em Jardim Gramacho foram realizadas 04 Rodas de diálogo, com um total de 67 representantes da cidadania ativa local participantes. Os direitos e Indicadores trabalhados foram:

Tema da Roda	Mesa 01 - Indicadores	Mesa 02 - Indicadores	Nº de Participantes
Direito ao Trabalho e Direito ao Acesso à informação	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção sobre melhoria das condições de vida; • Percepção sobre o Direito ao Trabalho <ul style="list-style-type: none"> - Local de trabalho; - Tempo de deslocamento para o trabalho; - Número de conduções para chegar trabalho; 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de Transparência Ativa do Poder Executivo Municipal; • Garantia de Transparência Ativa do Poder Legislativo Municipal; • Garantia de Transparência Passiva do Poder Executivo Municipal; • Garantia de Transparência Passiva do Poder Legislativo 	20 pessoas. 13 Mulheres cis; 1 Homem Trans; 6 homens cis.
Direito à Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de qualidade na educação básica • Garantia de oferta de creches • Percepção sobre o direito à educação • Percepção sobre o direito à Pré-Escola • Percepção sobre o direito à Pré-Escola como política pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de ensino técnico profissional • Situação da alfabetização • Perfil da juventude por escolaridade • Perfil da juventude por situação atual de vida • Percepção sobre evasão escolar durante a pandemia 	14 pessoas. 11 Mulheres cis; 1 homem trans; 2 homens cis.
Direito à Assistência Social e	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de equipe básica Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS; 	<ul style="list-style-type: none"> • Situação da mortalidade infantil • Situação de doenças causadas por saneamento inadequado • Situação do Peso ao nascer 	18 pessoas 13 Mulheres cis; 1 homem trans;

<p>Direito à Saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de equipe básica Centro de Referência Assistência Social. Percepção sobre direito à alimentação; • Percepção sobre a aquisição de alimentos durante a pandemia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de investimento em Saúde • Percepção sobre participação e saúde • Percepção sobre o direito à saúde • Percepção sobre o direito à saúde na atenção básica 	<p>4 homens cis.</p>
<p>Direito à Vida segura das Mulheres</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de estabelecimentos habilitados a procedimentos de esterilização cirúrgica; • Situação da Violência Obstétrica contra mulheres, segundo denúncias; • Situação de procedimento de aborto legal; • Situação da violência sexual contra mulher por local de ocorrência, segundo denúncias; • Situação da violência sexual contra meninas de 18 anos, segundo denúncias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Situação da Violência doméstica contra mulher, segundo denúncias • Situação da Violência contra mulher, segundo registros; • Situação da Violência doméstica contra a mulher por local de ocorrência, segundo registros; • Situação de descumprimento de medidas protetivas, segundo registros. 	<p>16 pessoas 10 mulheres cis; 6 homens cis</p>

No complexo do Borel foram realizadas 04 Rodas de diálogo, com um total de 67 representantes da cidadania ativa local participantes. Os direitos e Indicadores trabalhados foram:

Tema da Roda	Mesa 01 - Indicadores	Mesa 02 - Indicadores	Nº de Participantes
Direito à Abastecimento de Água e Direito Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> Situação do abastecimento de água; Percepção do direito ao acesso à Água; Percepção sobre a falta de água. 	<ul style="list-style-type: none"> Situação da coleta de lixo; Percepção sobre os espaços públicos de qualidade; Percepção sobre o destino do lixo. 	17 pessoas. 9 Mulheres cis 1 Homem Trans 7 homens cis
Direito Segurança Pública e Direito à Vida segura das Mulheres	<ul style="list-style-type: none"> Situação da segurança nas ruas; Situação de mortes violentas em áreas de Unidade Polícia Pacificadora - UPP; Situação de mortes por intervenção policial em área de UPP 	<ul style="list-style-type: none"> Situação da violência contra a mulher, segundo registros; Situação da violência doméstica contra a mulher por local de ocorrência, segundo registros; Situação da violência sexual por local de ocorrência; Situação da morte de mulheres por feminicídio e homicídio doloso; Percepção das mulheres sobre segurança na circulação em vias públicas. 	28 pessoas. 13 Mulheres cis; 1 homem trans; 5 homens cis
Direito à Assistência Social e Direito à Saúde	<ul style="list-style-type: none"> Garantia de atendimento adequado por Equipe Básica Multidisciplinar; Situação de doenças causadas por 	<ul style="list-style-type: none"> Garantia de Equipe Básica no Centro Referência Assistência Social - CRAS; Garantia de Equipe Básica Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS; 	18 pessoas 13 Mulheres cis, 1 homem trans, 6 homens cis

	<p>saneamento inadequado;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Situação do peso ao nascer; • Situação da mortalidade infantil; • Percepção sobre o direito à saúde na atenção básica; • Percepção sobre direito à saúde; • Percepção sobre participação e saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção sobre o direito à alimentação. • Percepção sobre acesso à alimentos durante a pandemia de Covid19; 	
<p>Direito à Educação, Direito ao Trabalho e Direito a segurança Pública</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Situação da alfabetização; • Perfil dos jovem por escolaridade; • Percepção sobre evasão escolar na pandemia de Covid19; • Percepção sobre direito à educação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil da juventude por situação atual de vida; • Situação dos Jovens em relação ao acesso ao trabalho formal; • Percepção dos jovens sobre Mudança Social; • Situação da mortalidade de Jovens por violência. 	<p>16 pessoas</p> <p>10 mulheres cis;</p> <p>6 homens cis.</p>

- **Contato e reuniões sistemáticas com parlamentares que possuem pautas relativas aos direitos humanos.**

Participação em 28 de abril de representante do supervisor da equipe de campo da equipe do Complexo do Borel no evento preparatório da conferência estadual sobre o Direito à cidade “Perspectivas das Favelas na luta pelo Direito à Cidade” organizado pelo Ibase, que contou com a presença de 30 pessoas. O objetivo foi debater, sob a ótica da cidadania ativa das favelas, a descontinuidade das políticas públicas de urbanização e seus impactos e efeitos nos territórios,

contribuindo para inclusão na pauta da política local, estadual e nacional, o retorno das políticas de urbanização de bairros autoproduzidos ou de baixa renda, garantindo um amplo diálogo em sua concepção e implementação. Estiveram presentes lideranças, moradores/as e coletivos de favelas de diversas Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro bem como duas parlamentares (uma vereadora municipal - Tainá de Paula e uma deputada estadual - Monica Francisco).

- **Contato e reuniões com setores do judiciário, como Defensoria Pública, Ministério Público, defensorias, promotorias e comissões de direitos humanos e demais órgãos.**

Reunião com a Defensora Pública do 4o Núcleo Regional de Tutela Coletiva (cuja área de atuação engloba Jardim Gramacho), no dia 04 de abril, que contou com a presença de 04 pessoas: da Defensora Pública Dra Alessandra Bentes, o funcionário da Defensoria Sr. Celso Bezerra, a coordenadora técnica do Projeto CAAJ Manuela Amaral e Maria Rosinete, supervisora de campo da equipe Jardim Gramacho. O encontro teve por finalidade traçar um plano de ação em parceria com a Defensoria Pública. Foram apresentados pela equipe CAAJ as violações de direitos levantadas até o momento pela pesquisa no território e as demandas de encaminhamento das ações de denúncia e ações de acesso à justiça.

- **Participação em reuniões, encontros e eventos externos ao território identificados como estratégicos para o fortalecimento das ações de cada comunidade e para a divulgação dos dados das pesquisas.**

- Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos: participação como organizadores da 2ª Oficina Estadual do Rio de Janeiro, ocorrida no dia 23 de fevereiro de 2022 através da Plataforma Zoom que teve como tema: “As Ameaças e a criminalização das Defensoras e dos Defensores de DH no Estado do Rio de Janeiro”. Os subtemas apresentados foram “Criminalização das e dos DDH: Ameaças ao Direito à informação/Criminalização da Imprensa”, que contou com a participação de Emmanuel Colombié, Diretor para a América Latina do Repórteres sem Fronteiras; “Ameaças a Lideranças Comunitárias e Criminalização dos Movimentos Sociais”, que teve como expoente Monica Cunha, cofundadora do Movimento Moleque (movimento de mães que perderam seus filhos vítimas de violência praticada pelo Estado), integrante da Coalizão Negra por Direitos e colaboradora da Comissão de direitos humanos da ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro); “Ameaças à parlamentares defensores de direitos humanos”, que contou com a fala da Deputada Estadual Mônica Francisco, ex-moradora do Morro do Borel, presidente da Comissão de Trabalho e vice da Comissão de Combate às Discriminações e preconceitos de cor,



raça, etnia e procedência nacional da ALERJ, e por fim, “Ameaças e fragilidades na execução do PEPDD (Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos”, por Felipe Carvalho, Advogado Popular do Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu (CDDHNI). O encontro contou com a participação de 32 pessoas, e serviu como mais uma ação para o fortalecimento da articulação e do alinhamento entre diferentes setores de atuação na proteção de defensoras/es e defensores de direitos humanos no Rio de Janeiro.

- Participação no Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GTSC A2030) para a construção do VI Relatório Luz da Agenda 2030: é uma coalizão que atualmente reúne 57 organizações não governamentais, movimentos sociais, fóruns, redes, universidades, fundações e federações brasileiras que tem como um de seus objetivos principais analisar o cumprimento, pelo Estado Brasileiro, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Todos os anos cada GT se reúne para analisar a implementação dos ODS no Brasil e demonstrar o que o país já fez ou precisa fazer para cumprir o compromisso que assumiu junto à ONU de alcançar as metas globais até 2030. Esta análise é publicada, sob o título de Relatório Luz Da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil e apresentada para os governos e à própria ONU. A coordenadora geral do Projeto CAAJ e Diretora adjunta do Ibase, Rita Corrêa Brandão e a coordenadora técnica do Projeto CAAJ, Manuela Amaral, nos meses de abril a junho de 2022 colaboraram com a análise, revisão e escrita da relatoria referente ao ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes, em conjunto com os demais componentes do GT.

- Participação no Fórum Social Mundial (FSM) 2022: De 01 a 06 de maio de 2022, integrantes da equipe do Projeto CAAJ (supervisores de campo das equipes de Jardim Gramacho – Maria Rosinete dos Santos e do Complexo do Borel – Luiz Henrique Souza e coordenação técnica – Manuela Amaral) estiveram, juntamente com a direção do Ibase (Athayde Motta e Rita Corrêa Brandão) na 20ª edição do Fórum Social Mundial, que ocorreu na Cidade do México. Entendemos que garantir que lideranças locais de territórios de periferias urbanas e favelas participem desses espaços, além de oportunizar a discussão sobre as violações ocorridas em seus locais de moradia e atuação, possibilita também a ampliação do repertório e o espectro de possibilidades da utilização e criação de alternativas no intuito de efetivar o acesso à justiça, sua ampliação e democratização, como estratégia de defesa dos direitos coletivos e de fortalecimento da participação cidadã e da democracia.



RESULTADOS

- Consideramos a participação de membros do projeto CAAJ junto a encontros de formação e debate para a defesa dos direitos de defensoras/es de direitos humanos uma ação estratégica, pois é de suma importância que a cidadania ativa com as quais trabalhamos diretamente no projeto tenham ciência dos riscos que correm as/os defensores e defensoras de direitos humanos e as principais formas de proteção, além de ampliar a participação em grupos e redes que tenham esta temática.

- A possibilidade de diálogo com instituições e espaços de cidadania ativa mundiais (como por exemplo, a participação de lideranças locais dos territórios trabalhados no Fórum Social Mundial 2022) nos trouxe a certeza da importância de cada vez mais buscar espaços de qualificação dos nossos conhecimentos e práticas. A participação em atos e atividades tão múltiplas, a discussão de diversos temas e que a todo momento apontaram para a urgência da construção de instrumentos coletivos de atuação política, ajuda a fortalecer as resistências locais tecendo cada vez mais “os nós” das redes de enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais, buscando a democratização e efetivação do acesso aos direitos.

- O lançamento do Diagnóstico Participativo local garantiu o envolvimento de mais atores sociais, representantes da cidadania ativa local com o projeto. Dessa forma, iniciamos a reflexão coletiva em torno de questões prioritárias para cada um dos territórios.

- Com a sistematização dos dados da pesquisa da dimensão da Cidadania Percebida nos territórios de Jardim Gramacho, Complexo do Borel e Complexo do Alemão complementou as análises do sistema de indicadores para o projeto CAAJ, o que possibilitou a viabilizar os insumos de discussões das Rodas de Diálogo, que inauguram as ações do Eixo Diálogos participativos, após a finalização da pesquisa

- A realização das Rodas Diálogos nos dois territórios possibilitaram a construção de indicadores sociais que são a base de informações para a discussão sobre a efetividade de direitos.

PÚBLICO:

- Tipo de público: equipe ampliada, Direção Ibase, Secretaria Geral, componentes do GRTC e convidados dos territórios (Jardim Gramacho e Complexo do Borel), parlamentares municipais e estaduais, representantes do Judiciário e pessoas de referência em Direitos Humanos e Acesso à Justiça.

- Nº Total participantes/beneficiários diretos: 706



- Nº Total entidades beneficiadas: 65

- **Por gênero:**

Mulher cis: 480 Mulher trans: XX

Homem cis: 193 Homem trans: 33

Não Binário: XX Outros: XX Não Sabe / Não Respondeu: XX

- **Por raça:**

Branca: 142 Preta: 564

Indígena: XX Asiático: XX Outros: XX Não Sabe / Não Respondeu: XX

- **Faixa etária:**

18-24 anos: 237 25-29 anos: 242 30-59 anos: 178 60 anos ou mais: 49

FÓRUNS E REDES:

- Coletivo Brota na Laje
- Fórum Comunitário de Jardim Gramacho
- Creche Semente
- Espaço de Desenvolvimento Infantil Borel
- Espaço de Desenvolvimento Infantil Chácara do Céu
- Associação de moradores do Borel
- Associação de moradores da casa Branca
- Associação de moradores da Indiana
- Associação e projeto Roda Viva
- Fundação São Joaquim
- Instituto de cidadania Unidos da Tijuca
- Jocum
- Igreja Batista Peniel
- Igreja Cristã Vida Renovada
- Rádio comunitária Grande Tijuca



- Companhia Ato Arte
- Casa Semente
- Instituto Amparo
- Escola de Futebol Paparazzo
- ONG CHEIFA
- ONG AREX
- ONG ENGENHAR
- ONG Uni Jardim Gramacho
- ONG Gratitude
- ONG Gramachinho
- ONG Atleta de Ouro
- ONG IDE Missões
- Cooperativa Rede Reciclar Verde
- Cooperativa Polo de Reciclagem
- Cooperativa Associação de Catadores
- ONG Cinco Pães e Dois Peixinhos
- ONG Casa Amarela
- Fábrica de Corações
- Biblioteca Comunitária
- Associação Igreja Nazareno
- ONG Central da Cidadania

2. Projeto: Pesquisa aplicada e advocacy para garantir medidas de redistribuição de impostos e royalties de mineração

OBJETIVO GERAL

A cidadania ativa se torna mais presente no debate público sobre o extrativismo e se fortalece para cobrar leis e ações de redução de riscos e mitigação de impactos ecossociais nos territórios, buscar opções mais sustentáveis e exigir mais transparência e responsabilidade social das empresas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

1. A partir dos casos, análises críticas da governança pública sobre o extrativismo se tornam subsídios para formação, organização, resistência e ampla divulgação, tanto nas localidades dos empreendimentos como para outros grupos atingidos e as organizações que os apoiam.
2. Movimentos e organizações dos territórios se engajam na avaliação dos impactos e no controle social da Cfem, tanto na cobrança por transparência como na efetividade de seu uso pelas municipalidades.
3. Alianças estratégicas relacionadas ao extrativismo entre organizações e movimentos regionais e nacionais ampliadas e fortalecidas.
4. O debate sobre a transparência e a responsabilidade social das empresas extrativas.

AÇÕES REALIZADAS

- **Controle social da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) e fluxos financeiros das grandes empresas de mineração**

Por conta da pesquisa “Em Busca da Transparência: Desvendando o Setor Extrativo Brasileiro” (2021), sobre a mina de minério de ferro Minas-Rio, o Ibase foi convidado para participar do seminário “Encontro sobre Fluxos Financeiros Ilícitos e Mineração – Caso Brasil” promovido pela OSC Justiça nos Trilhos e pela Rede Igrejas e Mineração, realizado em São Luiz (MA) em novembro de 2022. A iniciativa quer consolidar o debate sobre os fluxos financeiros da mineração no Brasil. Para esse seminário, foram convidados OSCs e pesquisadores que começam a explorar o tema com foco em manobras fiscais e a distribuição e uso da Cfem. Durante o evento o Ibase apresentou o trabalho sobre a Minas-Rio e participou de debates. O evento também discutiu estratégias de



advocacy e debate público para ampliar o conhecimento sobre o tema no país. Estiveram presentes cerca de 30 pessoas.

Em dezembro de 2022, o Ibase foi contatado pelo Publish What You Pay Estados Unidos (PWYP US) e por Oxfam Estados Unidos (Oxfam US) sobre as conclusões do trabalho sobre a Minas-Rio. As duas instituições estavam coletando informações sobre pesquisas que discutiram as formas como empresas mineradoras reportam aos governos dos países em que têm sede sobre os pagamentos feitos por elas aos governos dos países onde operam minas para extração e processamento de minérios. O relatório sobre a Minas-Rio produzido pelo Ibase foi considerado um excelente caso que explorava os dados sobre esses tipos de pagamento para fins de pesquisa e advocacy. O objetivo de PWYP US e Oxfam US é atuar durante o período de consulta para decisões regulatórias por conta da Lei Dodd Frank (Dodd Frank Act), previsto para acontecer nos EUA em 2023. Esses atos regulatórios querem definir com mais rigor o que seria um “projeto” minerário sobre o qual as empresas teriam que reportar os pagamentos feitos a governos dos países onde operam.

- **Articulações internacionais**

Em meados de 2022, o Ibase foi abordado pela Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV), uma rede de organizações, OSCs e movimentos que lidam com os impactos dos projetos minerários da empresa Vale no Brasil e em outros países ao redor do mundo. A proposta era que o Ibase aceitasse atuar como agente fiscal (fiscal sponsor) da rede.

- **Indústrias extrativas e mudanças climáticas**

Em novembro de 2022, por meio de sua parceria com a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, o Ibase foi convidado a apresentar seu documento “Atividades extrativas no Brasil e mudanças climáticas” no seminário internacional online “Educação, mineração e mudanças climáticas”, organizado pelo grupo de pesquisa “Educação. Mineração e Território” (Edumite), parte da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

- **Transição energética**

Ao longo de 2022, o Ibase participou de uma série de debates sobre a questão do hidrogênio verde no Brasil, organizado pela Fundação Heinrich Böll. O objetivo era discutir a viabilidade do hidrogênio verde como alternativa de energia renovável para o país. Uma versão preliminar de um documento de análise foi preparado pela Böll a partir da contribuição e diálogos com vários atores e atrizes da sociedade civil brasileira e de suas próprias pesquisas.

-



RESULTADOS

- O objetivo de PWYP US e Oxfam US é atuar durante o período de consulta para decisões regulatórias por conta da Lei Dodd Frank (*Dodd Frank Act*), previsto para acontecer nos EUA em 2023. Esses atos regulatórios querem definir com mais rigor o que seria um “projeto” minerário sobre o qual as empresas teriam que reportar os pagamentos feitos a governos dos países onde operam. A perspectiva é que o relatório do Ibase se transforme em uma carta para a Securities and Exchange Commission (SEC), órgão do governo americano cuja função é proteger investidores, manter mercados funcionando de maneira justa e eficiente e assegurar a transparência de empresas e corporações. A carta deverá ser redigida por PWYP US e Oxfam US para posterior aprovação e assinatura pelo Ibase antes de ser submetida ao SEC. Há também a possibilidade que o relatório do Ibase seja incluído em uma compilação de casos semelhantes a ser publicada por Oxfam US.
- Por seu compromisso com o fortalecimento da sociedade civil, parte integral da missão e trabalho do Ibase, e pela trajetória relevante da AIAAV desde sua criação há 10 anos, resolvemos aceitar a proposta feita por essa rede em outubro de 2022. Desde então, temos tido um período intenso de conhecimento mútuo de nossos trabalhos e solidificado os laços que nos unem. O Ibase é atualmente parte do Comitê Operativo da AIAAV e tem auxiliado a articulação na busca por novos financiadores, no desenvolvimento de estratégias de comunicação e na condução de uma pesquisa de percepção com o uso da metodologia Incid em um território de escolha da articulação.

PÚBLICO

- Tipo de público: grupos locais dos territórios impactados, movimentos regionais e nacionais, organizações de cidadania ativa.
- Nº Total participantes/beneficiários diretos: 30
- Nº Total entidades beneficiadas: 12¹

¹ Organizações que fazem parte da Rede Latino-Americana das Indústrias Extrativista (RLIE)

3. Projeto: Núcleos de Integração Comunitária

OBJETIVO GERAL

Implantar o Projeto Núcleos de Integração Comunitária nas comunidades definidas por FURNAS, localizadas em áreas de entorno dos empreendimentos da Subestação de Angra dos Reis (RJ), Usina Hidrelétrica de Funil (RJ), Subestação de Foz do Iguaçu (PR), Subestação de Mogi das Cruzes (SP) e Usina Hidrelétrica Marechal Mascarenhas de Moraes (MG), objetivando impulsionar o desenvolvimento local de base comunitária focado nas potencialidades e características locais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Construir Diagnósticos Sociais Participativos junto às áreas definidas por FURNAS, localizadas em áreas próximas aos empreendimentos da Subestação de Angra dos Reis (RJ), Usina Hidrelétrica de Funil (RJ), Subestação de Foz do Iguaçu (PR), Subestação de Mogi das Cruzes (SP) e Usina Hidrelétrica Marechal Mascarenhas de Moraes (MG).
2. Contribuir para o fortalecimento do tecido associativo, assessorando a formação dos Fóruns Comunitários, de forma que os moradores(as) se reconheçam como sujeitos de direitos e transformação.
3. Construir, de forma participativa, os Planos de Ação de Desenvolvimento Comunitário nos cinco territórios.
4. Identificar e monitorar o processo de implantação e desenvolvimento dos Projetos de Referência nos cinco territórios.
5. Utilizar um conjunto de indicadores do Projeto “Núcleos de Integração Comunitária”, no Sistema de Monitoramento e Avaliação.

AÇÕES REALIZADAS

- Articulação junto a parceiros específicos que tenham expertise técnica para a realização dos projetos básico e executivo relativos aos projetos de referência escolhidos pelos cinco territórios, a fim de subsidiar o processo licitatório a ser realizado por Furnas para construção das edificações.
- Realização de reuniões e encontros para o assessoramento aos fóruns comunitários. Os

encontros e diálogos contínuos com atores estratégicos no decorrer do desenvolvimento do projeto objetivam auxiliar a execução das atividades contidas nos planos de ação e na implementação dos projetos de referência, definindo estratégias para cada situação que se apresente.

- Elaboração do Monitoramento & Avaliação Marco Final com utilização dos questionários de indicadores aplicados e avaliações das agentes locais em cada um dos cinco territórios.
- Elaboração do relatório final do Projeto Núcleos de Integração Comunitária contendo as atividades realizadas e uma avaliação do processo de implantação dos núcleos em cada território.

Articulação junto a parceiros específicos que tenham expertise técnica para a realização dos projetos básico e executivo:

Foram realizadas reuniões com governantes, engenheiros e arquitetos nos cinco territórios com objetivo de garantir a realização do projeto básico e executivo. As reuniões ocorreram nas seguintes datas:

03/02 em Foz do Iguaçu com a participação de secretaria Municipal de Direitos Humanos e equipe Ibase, Município;

11/04 em Mogi das Cruzes com o assessor da vice-prefeita e equipe Ibase;

19/05 no Município de Itatiaia com a assessoria do prefeito de Itatiaia, representante de Furnas. S.A e equipe Ibase;

30/05 em Foz do Iguaçu, com o Prefeito, o secretário de planejamento, o subsecretário de projetos de Foz do Iguaçu, com representante de Furnas e equipe Ibase e

01/06 no Município de Itatiaia, com o secretário de emprego e renda e equipe Ibase.

No total, tivemos a participação de 7 mulheres e 16 homens.

Realização de reuniões e encontros para o assessoramento aos fóruns comunitários: As reuniões de assessoramento têm como objetivo auxiliar os fóruns comunitários a partir de demandas apresentadas em decorrência das atividades desenvolvidas nos territórios. Ocorreram as seguintes reuniões;

- 31/01, no município de Mogi das Cruzes, membros do Fórum comunitário Conjunto Jefferson e equipe Ibase;



- 04/03, no município de Itatiaia membros do fórum comunitário Cidade Nova e equipe Ibase.

No total, tivemos a participação de 10 mulheres e 3 homens.

Elaboração do Monitoramento & Avaliação Marco Final com utilização dos questionários de indicadores aplicados e avaliações das agentes locais em cada um dos cinco territórios: O processo de elaboração e monitoramento contou com a participação das agentes locais e membros dos fóruns comunitários. Esses encontros ocorreram de forma virtual nas seguintes datas:

25/01, município do Rio de Janeiro e contou com toda equipe Ibase;

27/01, município de Ibiraci membros do Fórum Comunitário e equipe Ibase,

02/02, no município de Mogi das Cruzes membros do fórum comunitário do Conjunto Jefferson e equipe Ibase;

03/02 no município de Angra dos Reis membros do fórum comunitário Parque Mambucaba e equipe Ibase;

07/04 no município de Itatiaia memebros do fórum comunitário Cidade Nova e equipe Ibase.

No total, tivemos a participação de 16 mulheres e 12 homens.

Elaboração do relatório final do Projeto Núcleos de Integração Comunitária contendo as atividades realizadas e uma avaliação do processo de implantação dos núcleos em cada território:

O processo de elaboração do relatório final foi realizado pela equipe Ibase. A partir dos registros das atividades desenvolvidas nos cinco territórios como relatórios, diários de campos e documentos como projetos básicos e executivos e cartões de pessoas jurídicas – CNPJ, a equipe técnica elaborou o relatório descritivo de atividades anexando toda documentação comprobatória.

RESULTADOS

1. Articulação junto a parceiros específicos que tenham expertise técnica para a realização dos projetos básico e executivo relativos aos projetos de referência escolhidos pelos cinco territórios, a fim de subsidiar o processo licitatório a ser realizado por Furnas para construção das edificações.

- As articulações desenvolvidas nos cinco territórios conseguiram garantir a elaboração dos projetos básicos e executivos. Todo o processo de articulação foi desenvolvido pela equipe Ibase com apoio da representante de Furnas S. A. Esta parceria permitiu que algumas dúvidas técnicas fossem



resolvidas já nas primeiras reuniões e garantiu que todos os cinco territórios tivessem seus projetos básicos executivos elaborados e aprovados pelos seus respectivos fóruns comunitários.

2. Realização de reuniões e encontros para o assessoramento aos fóruns comunitários:

As reuniões de assessoramento permitiram que as agentes locais e alguns membros dos fóruns comunitários pudessem tirar dúvidas sobre questões relativas as atividades cotidianas do fórum comunitário. Esses questionamentos de ordem organizativa tinham como base os procedimentos relativos à etapa do processo de construção dos projetos de referências. Os questionamentos foram prontamente respondidos.

3. Elaboração do Monitoramento & Avaliação Marco Final com utilização dos questionários de indicadores aplicados e avaliações das agentes locais em cada um dos cinco territórios:

O processo de elaboração do Monitoramento e Avaliação Marco Final contou com a participação das agentes locais e dos membros dos fóruns comunitários. A partir de um processo de capacitação com as agentes locais para a aplicação dos questionários de Monitoramento & Avaliação. Os questionários foram aplicados e os resultados tabulados. A partir dos dados tabulados a equipe do Ibase produziu o relatório de Monitoramento & Avaliação de cada um dos cinco territórios.

4. Elaboração do relatório final do Projeto Núcleos de Integração Comunitária contendo as atividades realizadas e uma avaliação do processo de implantação dos núcleos em cada território:

A elaboração do relatório final do projeto Núcleos de Integração Comunitária foi realizado pela equipe do Ibase dentro do prazo determinado em contrato. O relatório final apresentou uma avaliação sobre impacto de fatores externos sobre o planejamento e a execução do Projeto Núcleos de Integração, os resultados das ações desenvolvidas nos territórios com destaque para o processo de mobilização nos territórios em torno do processo de elaboração do projeto básico e executivo e uma análise de todo o processo desenvolvido nos cinco territórios. Relatório elaborado e recebido por Furnas S. A.

PÚBLICO

- Tipo de público: Moradores e moradoras dos cinco territórios contemplados no Projeto “Núcleos de Integração Comunitária: Bairro Parque Mambucaba/ Angra dos Reis – RJ; Bairro Nova Conquista/ Itatiaia-RJ; Bairro Rural da Lage/Ibiraci-MG; Bairro Conjunto Jefferson da Silva/Mogi das Cruzes-SP e Bairro Cidade Nova / Foz do Iguaçu-PR.

- Nº Total participantes/beneficiários diretos: 64



- Nº Total entidades beneficiadas: 05

- Nº Total participantes/beneficiários diretos: 19.731

- Por gênero:

Mulher cis: 33 Mulher trans: XX

Homem cis: 31 Homem trans: XX

Não Binário: XX Outros: XX Não Sabe / Não Respondeu: XX

- Por raça:

Branca: 36 Preta: 27

Indígena: XX Asiático: 01 Outros: XX Não Sabe / Não Respondeu: XX

- Faixa etária:

18-24 anos: 2 25-29 anos: 5 30-59 anos: 40 60 anos ou mais: 17

FÓRUNS E REDES

Fórum Comunitário: Sociedade Amigos da Lage

Fórum Comunitário: Conselho Comunitário Cidade Nova

Fórum Comunitário: Associação Amigos do Conjunto Jefferson

Fórum Comunitário: Associação Comunitária Mambucaba em Ação - ACMA

Fórum Comunitário: Núcleo de Capacitação Integração Esporte Lazer Nova Conquista

4. Projeto Grupo de Reflexão Estratégica e Abong

OBJETIVO GERAL

Estimular debates estratégicos (produção de textos e reflexões coletivas) que estimulem a discussão sobre novos paradigmas de desenvolvimento e os desafios para processos de transição que nos levem do atual modelo de desenvolvimento capitalista concentrador de riquezas, excludente da classe trabalhadora (especialmente mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTQs e populações tradicionais) e destruidor dos recursos naturais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Promoção de debates temáticos e em áreas específicas sobre que novos paradigmas são necessários para que o Brasil e o mundo alcancem a igualdade e a justiça social.
2. Publicação de textos sobre o tema dos novos paradigmas
3. Criação e manutenção de uma plataforma eletrônica de estímulo ao debate sobre novos paradigmas e processos de transição.

AÇÕES REALIZADAS

- Em maio, o Ibase fechou contrato de consultoria com Débora Rodrigues para realizar um estudo sobre o tema Novos Paradigmas e como estes podem expressar as reflexões e experiências de setores marginalizados da sociedade. O produto dessa consultoria contribuirá para atividades e debates realizados no âmbito dessa parceria.
- Série de Podcast “Nossos Saberes” com o objetivo de trazer reflexões sobre como construir uma sociedade mais justa e sustentável. A iniciativa faz parte do projeto Novos Paradigmas: para um outro mundo possível e tem como objetivo discutir e dar visibilidade a outras formas de viver em sociedade, na contramão de um sistema que tem destruído o planeta e a vida dos povos.

A série de podcast contará com dez episódios, cada um apresentando uma experiência e uma temática diferente pelo Brasil que, por meio de relatos de pessoas envolvidas nos projetos, mostram como é possível interromper a destruição do planeta e reconstruir uma sociedade mais justa e sustentável.

- Chamada Pública para seleção de Práticas Alternativas. Foi lançado um edital com o objeto de selecionar 10 (dez) práticas alternativas desenvolvidas por organizações da sociedade civil, coletivos e movimentos sociais pelo Brasil, com vistas a socializar e fortalecer vivências

e práticas comunitárias que construam outros modos de viver (produzir, consumir, habitar, se relacionar, se organizar etc.), com respeito às diversidades e que caminhem no sentido à superação das desigualdades

<https://www.novosparadigmas.org.br/materias/selecao-de-praticas-alternativas/>

RESULTADOS

- O Ibase se engaja no debate sobre os Novos Paradigmas a partir da constituição de um Grupo de Referência Estratégica (GRE) cujo objetivo principal foi a promoção do debate sobre alternativas de desenvolvimento para o Brasil. Esse processo foi iniciado em 2017 e resultou em duas reuniões e duas publicações ao longo dos últimos cinco anos. As reuniões contaram com a presença de representantes de OSCs e pesquisadores convidados pelo Ibase para debater perspectivas de alternativas em termos de modelos de desenvolvimento mais inclusivos e que desafiem a lógica neoliberal que vigente no atual modelo de desenvolvimento do país. A partir de 2021, o GRE do Ibase passou a atuar em parceria com o projeto Novos Paradigmas, implementado pela Associação Brasileira de ONGs (Abong) e pelo Instituto Superior de Estudos da Religião Assessoria (Iser Assessoria).
- Foram lançados dez episódios, veiculados nas principais plataformas de streaming e também em rádios comunitárias parceiras, presentes na luta por direitos humanos e em comunidades que dialogam com as ações apresentadas. O conteúdo ser encontrado no link a seguir: <https://anchor.fm/nossos-saberes>

Episódio 1 – “Umoja, uma moeda solidária”: criada pelos moradores do bairro do Uruguai, em Salvador (BA), a Umoja é uma moeda solidária que vem ajudando o desenvolvimento de empreendedores locais. Por meio da associação Santa Luzia, a comunidade criou um banco comunitário com uma moeda própria que circula apenas no comércio local. Com mais de 100 bancos comunitários já existentes no Brasil, essa é uma alternativa que cresce na contramão de uma economia dominada pelos bancos convencionais e juros abusivos. Com os bancos comunitários, muda-se a lógica e diminui-se o endividamento das pessoas. O dinheiro volta para a comunidade e quem lucra é a própria comunidade. Para contar essa experiência, o primeiro episódio do Nossos Saberes falará com Simaia Barreto, coordenadora do Centro Público de Economia Solidária de Lauro de Freitas na Bahia (BA), e Débora Rodrigues, do Fórum Baiano de Economia Solidária.

Episódio 2 – “Tapajós Solar, energia para a vida”: neste segundo episódio, o tema será Energia. O podcast vai apresentar o projeto Tapajós Solar, desenvolvido na região de Santarém, no Pará, pelo movimento Tapajós Vivo. O projeto tem construído uma alternativa de energia limpa e sustentável para salvar o rio Tapajós e manter a soberania das populações tradicionais, uma ação de resistência contra as hidrelétricas previstas para a região que poderão trazer danos ambientais e sociais irreversíveis. Para explicar sobre o assunto, o Nossos Saberes receberá dois ativistas engajados com o tema de energia limpa: Isabel Cristina, do movimento Tapajós Vivo, e Ivo Poletto, assessor do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental.

Episódio 3 – “CJMA, jovens construindo a agroecologia”: neste terceiro episódio, o Nosso Saberes falará sobre Agroecologia, uma luta popular contra os monstros da fome. Os entrevistados serão Felícia Panta, coordenadora da Comissão de Jovens Multiplicadores e Multiplicadoras da agroecologia (CJMA), e Carlos Magno, coordenador do Centro Sabiá, que há 15 anos constroem a agroecologia e se organizam na luta por direitos. O conteúdo trará a experiência desses jovens que, em diferentes regiões da Zona Rural de Pernambuco, fazem enfrentamento ao modelo de agricultura predominante, gerador de uma crescente desigualdade e de enormes danos ambientais. Jovens que, neste trágico cenário brasileiro de crise alimentar e volta ao mapa da fome, se articulam em seus territórios e criam alternativas para as juventudes e suas famílias.

Episódio 4 – “Reecatingamento, a convivência com o semiárido”: a Caatinga é o tema do quarto episódio do Nossos Saberes. Para falar sobre a região semiárida mais populosa do mundo e um dos biomas mais ricos em biodiversidade mas que também é um dos ecossistemas mais ameaçados do planeta, o podcast apresentará experiências de agricultores e agricultoras que têm mostrado como é possível uma vida plena em convivência com o Semiárido por meio do Reecatingamento, um projeto pensado e desenvolvido pelo IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, que trabalha com famílias e comunidades pela implementação de práticas de recuperação e conservação do bioma. São práticas que respeitam a biodiversidade e os ciclos próprios da Caatinga. Para falar sobre o assunto, o Nossos Saberes conversou com Marli Alves, agricultora e moradora da comunidade Pedrinhas I, em Remanso (BA), e José Moacir dos Santos, coordenador geral do IRPAA.

Episódio 5 – “REDES, proteção e cuidado entre mulheres negras”: neste quinto episódio, o Nossos Saberes contará sobre este projeto criado pela Ong Criola que vem dando suporte para mulheres negras pelo Brasil continuarem sua luta contra o racismo, contra a violência e

por outras formas de viver em sociedade. O projeto vem criando uma rede de proteção e potencialização dos saberes ancestrais que caminham com essas mulheres e que clamam pelo direito de existirmos todas e todos com dignidade. Para contar sobre a importância deste projeto, foram entrevistadas as ativistas Lúcia Xavier, coordenadora da Ong Criola, e Maria Aparecida de Matos, professora, ativista e quilombola no Tocantins.

Episódio 6 – “Projeto Cisternas e a convivência com o semiárido”: Criado e desenvolvido pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), o Projeto Cisternas defende o direito à água e a democratização desse bem comum tão vital. A ASA é uma rede de 3 mil organizações da sociedade civil que há mais de 20 anos atua pela construção de um projeto político de convivência com o semiárido e pela defesa do direito à água. Com reconhecimento internacional, o projeto já construiu mais de 1 milhão e 200 mil tecnologias que entregam água a cerca de 5 milhões de brasileiras e brasileiros. Mesmo tendo se consolidado enquanto política de Estado, o projeto vem sofrendo uma gigantesca redução orçamentária do atual governo federal, e tem desenvolvido, ao mesmo tempo, tecnologias outras de sobrevivência em meio à pandemia. Para conhecer melhor essa premiada experiência, entrevistamos Ana Lúcia, mulher negra, mãe, liderança comunitária e agricultora impactada pela chegada da cisterna, e Cícero Félix, que entre diversas atividades, é também coordenador da ASA Brasil.

Episódio 7 – “Ilera: Ancestralidade e Saúde”. Discutindo economia criativa e o fortalecimento da memória e da identidade cultural dos povos originários, o sétimo episódio do podcast apresenta a experiência da Ilera: Ancestralidade e Saúde. A Ilera é uma organização voltada para o uso dos saberes das raízes negra e indígena, que dissemina estratégias e cuidados de saúde a partir dos saberes ancestrais. Criada em 2015 por um coletivo de mulheres negras, o projeto já passou por diversas regiões do Brasil e, por meio do desenvolvimento de produtos medicinais e de encontros e vivências com mulheres, reforça e celebra os saberes das mais sábias, envolvendo educação ambiental e economia criativa, como alternativa à medicina tradicional elitista, eurocentrada e encapsulada. Para falar um pouco mais sobre o fazer Ilera, o Nossos Saberes recebeu Leila Rocha, educadora popular, enfermeira da Ilera e mestranda em Tocoginecologia, e Jaqueline Rosa, produtora, articuladora cultural e mulher que teve sua vida impactada por esses saberes.

Episódio 8 – “Horta Popular Becos e Velas: Agroecologia na cidade”. Neste oitavo episódio, o Nossos Saberes discute agroecologia na cidade a partir da experiência da Horta Popular Becos e Velas. A horta, que surgiu na comunidade do Jardim Trianon, em Taboão da Serra, na Grande São Paulo, nasce como uma estratégia popular que responde ao desejo de moradoras e moradores de cultivar seu próprio alimento e demais ervas medicinais. A partir

de mutirões em um terreno abandonado, em 2018, a horta foi construída junto com a sede da Associação Cultural Becos e Velas. Já em 2020, a horta passou a cumprir um importante papel no enfrentamento da insegurança alimentar intensificada pela pandemia. E hoje, além de terra de cultivo para alimentos que nutrem a população local, a horta constitui-se também enquanto território educador, promovendo solidariedade, autonomia e bem viver na periferia. Para conhecer melhor a prática da Horta Becos e Velas, foram entrevistados Alex Zudão, educador e permacultor periférico, e Ruth, mulher nordestina, mãe e moradora do Jardim Trianon.

Episódio 9 – “Trilha Raízes: resgate e preservação dos conhecimentos tradicionais indígenas”: Desenvolvida junto do Instituto Madre Bernarda em 2018, a iniciativa Trilha Raízes é um espaço de visitação em Chapecó, Santa Catarina, que promove o resgate da cultura tradicional indígena a partir do uso de plantas medicinais e saberes ancestrais. Na trilha, visitantes podem conhecer os produtos e as plantas catalogadas ao lado de mulheres indígenas, que realizam uma técnica de fitoterapia durante a caminhada pelos 600 metros de mata na aldeia indígena Toldo Chimbanguê. Além de promover o resgate e preservação das culturas indígenas, o projeto também constrói pontes entre a sociedade e os conhecimentos apagados pelo processo de colonização e invisibilização desses povos. Hoje em dia o Trilha Raízes não conta com financiamento de apoiadores, e toda a manutenção do espaço, bem como a realização das visitas, é realizada pelas próprias mulheres indígenas da aldeia. Para falar mais da importância do projeto, o podcast recebeu como convidada Cleuza Rodrigues, mulher indígena Kaingang e, entre muitas outras coisas, auxiliar de enfermagem, nutricionista, técnica em fitoterapia e em medicina tradicional indígena, e moradora da terra indígena Toldo Chimbanguê.

Episódio 10 – “Cooper Região: reciclagem e inclusão social”: No seu décimo episódio, o Nossos Saberes discute como o cooperativismo de verdade, com autogestão e liderança sustentável, pode, a partir do trabalho da reciclagem, resgatar a dignidade e transformar vidas. A Cooper Região é uma cooperativa de catadoras de materiais recicláveis e resíduos sólidos da região metropolitana de Londrina, Paraná, que além de realizar a coleta, transporte e comercialização de materiais recicláveis, tem como missão promover a inclusão social, o exercício da cidadania e o resgate da autoestima de catadoras e catadores. Atuante em Londrina há quase 15 anos, a Cooper Região atende 40% da população por meio da coleta seletiva de cerca de 200 toneladas de material reciclável todos os meses. Além disso, 85% das pessoas cooperadas são mulheres chefes de família, indicando o protagonismo das mulheres. Para entender mais da potência transformadora da Cooper Região, foram

convidadas para a conversa deste episódio Verônica, que é mãe, gestora financeira, assistente social e líder sustentável a frente da cooperativa, e Rita de Cássia (Catita), mulher com uma grande história de superação, e que coleciona conquistas após seu encontro com a reciclagem. Ambas são mulheres de luta que reforçam: “coleta seletiva sem catadores e catadoras é lixo!”.

- As 10 (dez) práticas foram selecionadas e divulgadas por meio de reportagens e veiculadas em mídias parceiras e nos diferentes canais de comunicação da Abong. Todas as práticas inscritas nesse processo seletivo, alinhadas aos critérios propostos, compõem o “Banco de Práticas Alternativas” do projeto Novos Paradigmas: para um outro mundo possível.

Prática	Organização	Estado
A conquista da independência feminina através do beneficiamento do caju	Associação de Moradores da Comunidade Livramento	Piauí
Capoeira Angola/Patrimônio Imaterial	Ação Memorial Cultural - Projeto Capoeira Angola Estudos e Práticas	Pernambuco
Carrapicho Virtual: Educomunicação com adolescentes e jovens do Vale do Salitre	Coletivo Carrapicho Virtual	Bahia
Curso de Formação de Juristas Populares	Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves	Paraíba
Feira Cultural da Reforma Agrária	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - CE	Ceará
Horta Popular Becos e Vieiras	Associação Cultural Becos e Vieiras	São Paulo
Ilera: Ancestralidade e Saúde	Ilera: Ancestralidade e Saúde	São Paulo
Pedagogia da Alternância	Associação Casa Familiar	Pará



	Rural	
Resgate e preservação dos conhecimentos tradicionais indígenas	Instituto Madre Bernarda/Indígenas da terra indígena Chimbangue e Açaí	Santa Catarina
Sarau no Manguzau	Eumelanina Produções	Bahia

PÚBLICO

Tipo de público: pesquisadores(as), lideranças de OSCs e movimentos sociais, notadamente mulheres, populações negras, povos indígenas, LGBTTQI+ e populações tradicionais.

- N° Total participantes/beneficiários diretos: 1.000 (acessos no site:

<https://www.novosparadigmas.org.br>)

5. Estratégia Digital

OBJETIVO GERAL

Consolidar a presença online e expandir o alcance das mídias sociais do Ibase por meio de uma estratégia digital capaz de otimizar o uso de recursos e as possibilidades oferecidas pelos meios digitais, com especial atenção para a inovação e acesso para as organizações da sociedade civil e movimentos sociais de base.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Planejar a presença digital do Ibase a partir de estratégias de comunicação holística que otimizem o alcance e visibilidade das principais ferramentas do Ibase (site e perfis em mídias sociais).
2. Inovar no uso de ferramentas gráficas (infográficos, publicações digitais), áudio (podcasts) e vídeos em meios digitais por OSCs e movimentos sociais parceiros do Ibase.
3. Implementar uma plataforma de captação de recursos e integrá-la à estratégia digital geral do Ibase.

AÇÕES REALIZADAS

Com a volta ao trabalho presencial, a partir de março de 2022, a estratégia digital utilizada pelo Ibase buscou aumentar a visibilidade da retomada das atividades de projetos. Ampliamos a quantidade de postagens e passamos a contar com a assessoria de uma agência de marketing para aumentar o engajamento de nosso público. Aliado ao esforço de aperfeiçoar nossa estratégia digital, foi feita a atualização do mailing institucional, com a checagem de e-mails válidos e descarte de endereços que não existem mais. Atualmente, nossa base é de aproximadamente 3.700 endereços válidos e confirmados.

Como as redes sociais têm características específicas, nem sempre é possível analisar todas as métricas sob a mesma ótica. Dados do Facebook, por exemplo, mostram melhor desempenho em posts institucionais, além dos divulgados sobre eventos realizados pelo Ibase. Como resultado, vale apontar que de janeiro a dezembro de 2022, a página do Ibase conquistou 366 novas curtidas, mantendo a predominância do público feminino entre os(as) nossos seguidores(as).

No LinkedIn, por ser uma rede voltada para o meio profissional, os posts com datas comemorativas e eventos com a presença do Ibase performaram melhor. Nessa rede, especificamente, vale destacar



que nosso número de seguidores(as) aumentou de 704 para 1.083 – 379 novas pessoas passaram a acompanhar a página do Ibase no LinkedIn.

Em relação ao Instagram, os posts em formato de reels apontam uma tendência de destaque, assim como aqueles que mostram fotos das pessoas em eventos ou reuniões, trazendo um toque de humanização para o perfil do Ibase. Ao longo do ano de 2023, 646 novos seguidores foram conquistados pelo Instagram do Ibase. Assim como no Facebook, nosso público na rede é composto majoritariamente por mulheres de 35 a 44 anos. A maioria das seguidoras e dos seguidores está localizada nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (nem sempre esse tipo de recorte é permitido em todas as redes).

No Twitter não tivemos o mesmo êxito que nas demais redes, o que nos coloca o desafio de repensar a estratégia dessa rede social. De janeiro a dezembro de 2022, o número de seguidores caiu de 9.674 para 9.621 – uma redução de 61 pessoas interessadas em nosso perfil.

Como conteúdos que geraram interesse em geral em todas as redes, destacamos o lançamento das cartilhas Como garantir a saúde reprodutiva e sexual de meninas e mulheres? e Como garantir a proteção de meninas e mulheres?, ambas relacionadas ao projeto Cidadania Ativa e Acesso à Justiça, e eventos importantes como o “25 anos COM Betinho” e o debate com candidatos(as) à Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Outro marco foi o lançamento da Campanha Prato Cheio de Sonhos, que atendeu a 740 crianças do Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio. A campanha foi executada pela Comunicação do Ibase e, além de divulgação nas mídias digitais, houve repercussão na imprensa tradicional de rádio, jornal, TV e comunitária. Finalizando 2023, outro destaque foi o lançamento do Fundo Beija-Flor, uma plataforma digital que tem como objetivo angariar recursos para financiar ações de combate à pobreza e promoção da cidadania.

O desafio para uma organização do campo social como Ibase continua sendo influenciar o debate público, usando as redes sociais como instrumento de divulgação e de formação de um pensamento crítico alinhado à defesa da democracia e dos direitos de cidadania.

RESULTADOS

- **Facebook:**

O período foi marcado pela publicação de conteúdos sobre o lançamento de eventos e materiais institucionais, como as cartilhas sobre violência contra mulheres e o encontro 25 Anos COM



Betinho. Também houve um destaque no fim do ano para o lançamento da campanha Prato Cheio de Sonhos e do Fundo Beija-Flor.

Percebe-se que posts institucionais ganham mais destaque. Além disso, álbuns de fotos que mostram algum evento realizado pelo Ibase costumam performar bem.

O número de seguidores(as) aumentou em 366 novas adesões.

Seguidores(as) até 31/12/2021	Seguidores(as) até 31/12/2022
14.517	14.883

- **Instagram:**

A opção de investir mais em posts no formato reels e a estratégia de revelar os “bastidores” de reuniões e eventos têm gerado resultados bastante positivos. Ao longo do ano de 2023, **o número de seguidores(as) no perfil aumentou em 646 novas pessoas interessadas no nosso conteúdo.**

Seguidores até 31/12/2021	Seguidores até 31/12/2022
3.018	3.664

- **Twitter**

O número de seguidores(as) não sofreu alteração significativa, mas houve ligeira queda no período: 53 pessoas deixaram de seguir nosso perfil.

Seguidores(as) até 31/12/2021	Seguidores(as) até 31/12/2022
9.674	9.621

- **LinkedIn**

A rede teve um considerável desempenho em 2023: aumentamos nosso número de seguidores(as) de 704 para 1.083 – 379 novas pessoas passaram a acompanhar a página do Ibase no LinkedIn. Por ser um ambiente voltado ao meio profissional, nossa estratégia no LinkedIn é destacar o lado institucional – evidenciando posts sobre datas comemorativas, eventos nos quais o Ibase participa e a atuação em rede com organizações parceiras.



A análise dos resultados mostra que os posts que performaram melhor foram aqueles sobre parceiros e eventos.

PÚBLICO :

Tipo de público: OSCs e movimentos sociais, organizações de base, pessoas e organizações que acompanham o trabalho do Ibase, potenciais doadores.

Mais informações ver em Comunicação e Métricas (página 63)

6. Análise Estatística de Dados para a construção de Plataforma Aberta e Gratuita sobre a Questão Racial no Brasil – Projeto Associado

OBJETIVO GERAL

Construir uma metodologia automatizada de análise de consistência estatística (cálculo de coeficientes de variação) em cruzamento de dados de cor/raça com outras características contidas nos questionários de amostra de Censos Populacionais e Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para disponibilização em Plataforma Aberta.

OBJETIVO ESPECÍFICOS

1. Realizar análises de consistência estatística, para determinação de coeficientes de variação (incerteza estatística) para cruzamentos de dados de cor/raça com outras características contidas no questionário de amostra do Censo 2010 e das PNADs contínuas de 2012 a 2019, incluindo na medida do possível análises de série histórica.
2. Automatizar através de programação computacional os procedimentos de análise de (1), de forma a permitir disponibilizar em Plataforma Aberta a possibilidade de cruzamento de dados do Censo e PNADs, com suas incertezas estatísticas associadas.

AÇÕES REALIZADAS

1. Realização análises de consistência dessas informações e sua automatização, para definir o recorte temporal e o territorial, compatíveis com os dados do censo 2010 e a PNAD contínua de 2012 a 2019.
2. Estruturação do sistema que permita o cruzamento dos dados de cor/raça com dados educacionais das fontes inventariadas e compatíveis com os dados do censo 2010 e a PNAD contínua de 2012 a 2019.
3. Lançamento da plataforma em dezembro de 2022.

RESULTADOS

Antes da sua constituição jurídica em agosto de 2021, o CEDRA – Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais, firmou, em junho do mesmo ano, parceria com o Ibase. Mesmo após o registro jurídico, o CEDRA não dispunha de uma estrutura administrativa que o permitisse celebrar



contratos, receber recursos e prestar contas aos financiadores. Este foi o papel assumido pelo Ibase que, com suas décadas de experiência em gestão de projetos e luta pela democracia, se tornou um parceiro fundamental ao possibilitar o recebimento dos recursos que permitiram ao CEDRA contratar consultores, estatísticos, programadores e designers para colaborar na elaboração e disponibilização de dados sobre a desigualdade racial no Brasil, com rigor estatístico, a partir de dados oficiais.

O trabalho de construção dos bancos de dados começou em fevereiro de 2021, mas ganhou força ao longo de 2022 com a aprovação, em dezembro de 2021, de uma série de projetos por diferentes financiadores, a saber: Itaú Unibanco, Instituto Ibirapitanga, Instituto Galo da Manhã, Fundação Itaú, além do Instituto Çarê. Esses apoios possibilitaram explorar bancos de dados em educação (Básica e Superior), saúde, violência e encarceramento, além do Censo Demográfico de 2010 (amostra) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2012 a 2019 (PNAD), sempre utilizando dados estatísticos e registros administrativos oficiais para destacar indicadores que ilustram a profunda desigualdade racial presente na sociedade brasileira. Esses dados são elementos centrais, por exemplo, para a elaboração e a avaliação de políticas públicas.

A Plataforma Aberta de Dados Raciais é o projeto mestre que reunirá todos esses bancos de dados no site cedra.org.br.

As informações oficiais sobre desigualdades raciais encontram-se dispersas e nem sempre são apresentadas de forma simples, impedindo o entendimento a pessoas interessadas no tema, porém sem familiaridade com tabelas e outras formas mais complexas de apresentação dos dados.

A Plataforma pretende oferecer aos usuários um panorama geral das desigualdades raciais, a partir de dados oficiais, reunidos em um só lugar, de maneira amigável. Além da informação de uma maneira mais palatável, apresentada em cartelas com mensagens que destacam as desigualdades em temas como escolaridade, trabalho, renda e domicílio, o usuário também encontra tabelas que apresentam variáveis e cruzamentos inéditos elaborados pelo CEDRA, possibilitando análises mais aprofundadas. O trabalho desenvolvido pelo CEDRA é uma inovação, da qual destacamos vários aspectos: o primeiro deles é a criação de novas variáveis a partir dos microdados de registros administrativos e dados estatísticos oficiais. O segundo é a utilização dessas variáveis em cruzamentos inéditos que evidenciam as desigualdades raciais. O terceiro é o cruzamento de variáveis de diferentes bancos de dados oficiais, como a PNAD contínua e o Censo da Educação Superior, por exemplo. O quarto é a permissão ao usuário fazer cruzamento de variáveis de um dos bancos conforme seu interesse. O quinto é a construção de destaques e mensagens sobre desigualdades raciais vinculados a tabelas de dados, com aspectos qualitativos e quantitativos apresentados de forma gráfica e amigável. A construção de uma Plataforma Aberta de Dados



Raciais no Brasil é uma iniciativa de alta complexidade que demanda uma equipe multidisciplinar a fim de endereçar os desafios que se apresentam ao longo do desenvolvimento do projeto.

Considerando o tamanho das bases de dados da amostra do Censo demográfico de 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2019, o Conselho Deliberativo do CEDRA, juntamente com a equipe de estatísticos e programadores se deparou com um conjunto enorme de análises complexas, não só na metodologia, mas na miríade de prismas pelos quais as desigualdades raciais podem ser estudadas. No que diz respeito à visualização, se faz necessário um estudo para que a informação seja apresentada com qualidade visual e técnica condizente com o tipo e recorte do dado a ser divulgado - série histórica, abertura geográfica, dashboards, entre outros. Ou seja, a forma de visualizar não é uma decisão meramente estética. É importante ressaltar que além dos profissionais já mencionados, foram contratados consultores e estagiários. Se com o primeiro perfil buscamos especialistas nos bancos que pudessem colaborar com uma análise minuciosa das informações, com o segundo, tentamos estimular a pesquisa estatística com o olhar para o estudo das desigualdades raciais. Em ambos os casos, além da qualificação técnica, o CEDRA priorizou a contratação de pessoas negras.

Paralelamente aos estudos do Censo 2010 e da PNAD, o CEDRA desenvolveu bancos de dados sobre Educação, analisando os Censos da Educação Básica e da Educação Superior produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ligado ao Ministério da Educação (MEC); sobre Saúde, usando bases de registros administrativos do Ministério da Saúde e de pesquisas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além do banco de dados sobre violência, encarceramento e segurança pública com dados do Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça, do Sistema de Informações sobre Mortalidade/Ministério da Saúde e das Secretarias Estaduais de Segurança Pública. A extensão dos bancos de dados e a complexidade das análises para evidenciar as desigualdades raciais em narrativas e visualizações amigáveis, são por si só grandes desafios. Soma-se a isso o fato de todos esses bancos de dados terem sido construídos concomitantemente e em paralelo à construção da Plataforma, tanto no que diz respeito a sua estrutura computacional, quanto ao design.

A fim de não comprometer o lançamento da Plataforma, foi necessário priorizar tantos os dados como forma de apresentá-los. A análise de todas as possibilidades de cruzamentos, bem como a autonomia do usuário para fazer cruzamentos são processos complexos e longos. O CEDRA optou, então, por uma solução intermediária: dentre o universo de cruzamentos possíveis, disponibilizar um conjunto razoável de informações sobre o Censo 2010 e as PNADs de 2012 a 2019, com



visualização mais simples, em forma de cartelas e tabelas, mesmo sem esgotar as análises desses bancos.

Ao longo do ano de 2023 serão incorporados à Plataforma novos bancos de dados nos temas supracitados. Cada banco trará uma nova forma de visualização de acordo com as características das variáveis, oferecendo ao usuário cada vez mais possibilidades de interação com os dados. O processo de desenvolvimento da Plataforma com autonomia do usuário no cruzamento de variáveis será o ponto de chegada dessa trajetória e ainda demandará mais estudos. Esperamos fechar o ano de 2023 com uma bibliotecade dados que permite baixar qualquer nível de tabela a partir de uma tabela original com vários cruzamentos que já exista em nosso repositório

PÚBLICO

Tipo de Público: movimentos sociais, lideranças de OSCs e movimentos sociais, notadamente mulheres, jovens, populações negras e populações tradicionais.

7. Apoio ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração

OBJETIVO GERAL

Ampliar o debate público e garantir que a sociedade civil, bem como a opinião pública, seja informada e mobilizada sobre os impactos da mineração com vistas a reduzir suas consequências negativas sociais, trabalhistas, ambientais e econômicas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

1. Avaliar a situação econômica internacional do setor da mineração.
2. Influenciar significativamente a conjuntura nacional brasileira.

AÇÕES REALIZADAS:

A parceria entre CAFOD, Ibase e o comitê foi iniciada em abril de 2022, e nos primeiros seis meses de execução do projeto, observamos que houve um aprofundamento do projeto do Presidente da República, Jair Bolsonaro, para mineração, onde foram enviados dois Decretos Legislativos (10.965 e 10.966) que flexibilizaram a mineração, criou o conceito de mineração artesanal (sem nenhuma prerrogativa) além de Medidas Provisórias que permitiram a exploração de Urânio por empresa privada, bem como a abertura para exploração de Lítio no país por empresa privada.

Não ocorreu nenhuma sinalização de rompimento, por parte do estado brasileiro, com a agenda do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM) e da OCDE: “boas práticas” do setor mineral e maior flexibilidade da legislação para beneficiar as empresas. As publicações do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), da Agência Nacional de Mineração (ANM) e Ministério de Minas e Energia (MME) tem demonstrado esse aprofundamento da exploração mineral com orientações das agendas internacionais.

No âmbito do governo federal, a pretensão é fazer avançar o processo de abertura de novas fronteiras territoriais para mineração industrial e para o garimpo. Romper, inclusive, com qualquer política ou legislação formulada desde a Constituição de 1988 que restrinja e limite a atividade mineral em áreas específicas (FLONAS, APAS, UC's, Quilombos e TI's). Além das políticas legislativas, houve também um aumento dos conflitos nos territórios indígenas envolvendo a invasão de garimpeiros dentro dos territórios protegidos, segundo dados publicados em setembro de 2022, pelo MapBiomias, desde 2019, é a primeira vez que a área garimpada é maior que a mineração industrial, sendo, mais de 91% desta área concentrada na Amazônia brasileira.

Essa concentração foi possível pelos cortes orçamentários no Ibama e no ICMBio, bem como do sucateamento dos órgãos de combate e fiscalização. O orçamento liberado para fiscalização do desmatamento no ano de 2019 foi de 102 milhões de reais e ainda sofreu um bloqueio de 15,6 milhões. No ano de 2020, o recurso foi ainda menor: conforme o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), aprovado, foram previstos 76,8 milhões para as ações de controle e fiscalização ambiental do Ibama. Isso significou 25,2 milhões de reais a menos.

Importante destacar que do ponto de vista da conjuntura, teve uma combinação entre “fim” da Pandemia, recesso parlamentar e logo em seguida as articulações para o processo eleitoral que se iniciou em julho de 22, findando em 30 de outubro.

Divulgação das produções do comitê na página da rede social, em matérias relacionadas à mineração com veiculação na mídia de circulação nacional e internacional, além de publicar análises no próprio site do comitê, entre elas:

Podcasts

Propõe a ser mais um espaço de informação sobre a mineração e de debate sobre o modelo mineral brasileiro. Com ele, queremos desenvolver outras formas e meios para conversar com as pessoas que discutem a mineração ou sofrem os impactos causados por ela. O “Cava: mineração em debate” é uma proposta coletiva que envolve o Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração e diferentes grupos de pesquisa e extensão vinculados a universidades públicas do país.

1. Mineração, chuvas e os desastres de janeiro em Minas Gerais no podcast – Cava: Mineração em debate

O início de 2022 foi um período bastante chuvoso em Minas Gerais. As águas de janeiro encontraram muitas áreas desmatadas, rios assoreados e encostas artificialmente inclinadas.

Apesar de a quantidade de chuvas ainda ter sido considerada dentro do volume esperado para essa época do ano, diferentes cidades onde há mineração sofreram impactos particularmente intensos.

Trechos de pilhas de estéril escorregaram, muros de “segurança” represaram a água causando inundações, encostas próximas a barragens de mineração desmoronaram e rios cheios de rejeito transbordaram.

<https://anchor.fm/cavacast0/episodes/21--Minerao--chuvas-e-os-desastres-de-janeiro-em-Minas-Gerais-e1e2ooh>

2. A Contaminação nossa de cada dia, no podcast – Cava: Mineração em debate

Omissão de informações, pouca ou nenhuma transparência e elaboração de estudos ambientais que lhes favoreçam são práticas recorrentes. **Mas na região do Quadrilátero Ferrífero/Aquífero, em Minas Gerais, a eficácia dessas táticas pode estar com os dias contados. Pesquisadores de instituições públicas, membros de movimentos sociais e lideranças comunitárias se articularam em rede para realizar estudos sobre os sedimentos, solos, lamas e águas desta região. A Rede de Monitoramento Geoparticipativo*.**

Os primeiros resultados do estudo “Que lama é essa?”, produzido pela Rede, são muito preocupantes e revelaram que na água coletada em diversas localidades, os níveis de arsênio, ferro, manganês e chumbo estão acima dos níveis permitidos pela legislação brasileira. A presença destes elementos ainda não pode ser associada à atividade minerária, para essa correlação é preciso aguardar as análises mineralógicas de sedimentos e lama que ainda estão sendo processadas.

Neste episódio, vamos ouvir a Profa. Dulce Maria Pereira (UFOP), o Prof. Paulo Rodrigues (UFMG) e o Prof. Ulisses Nascimento (UFMA) sobre os primeiros resultados das análises de águas superficiais coletadas em janeiro de 2022.

A Rede de Monitoramento Geoparticipativo é composta pelo Movimento pelas Águas e Serras de Minas; Projeto Manuelzão, Grupo de Pesquisa em Educação, Mineração e Território e Laboratório de Solos e Meio Ambiente (todos da UFMG), Laboratório de Educação Ambiental e Pesquisa: Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Processos para Sustentabilidade da UFOP, Núcleo de Análises de Resíduos e Pesticidas da (UFMA), além de voluntários e representantes de comunidades que foram invadidas por águas e lama em janeiro de 2022.

<http://emdefesadosterritorios.org/a-contaminacao-nossa-de-cada-dia-no-podcast-cava-mineracao-em-debate/>

3. Episódio especial podcast Cava: Lançamento do livro *Justiça Insurgente*, de Joan Kuyek

O livro, da autora canadense Joan Kuyek, foi lançado essa semana no Brasil, em uma parceria entre o Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração e a editora Expressão Popular. Joan descreve de forma didática as principais características e impactos das atividades de extração mineral. Além disso, ao longo do texto, ela apresenta diferentes estratégias que podem ajudar as comunidades a lidar com empresas mineradoras, seja para evitar sua

instalação, para negociar melhores condições durante a operação, ou mesmo para tentar garantir que danos sejam mitigados antes do encerramento de suas atividades. Ouça o episódio e leia o livro! Ele pode ser baixado gratuitamente no site do Comitê e na loja virtual da Expressão Popular.

<http://emdefesadosterritorios.org/episodio-especial-podcast-cava-lancamento-do-livro-justica-insurgente-de-joan-kuyek/>

Publicações:

1. Lançamento livro -Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo

O estudo, lançado em formato livro é uma publicação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil. Coordenação do estudo: Julianna Malerba, Luiz Jardim Wanderley, Tádzio Coelho – Autores: Jean Carlos Silva; Gustavo Iorio; Talita de Fátima Montezuma.

A pesquisa teve o desafio de evidenciar o que há em curso no Brasil, para além de casos isolados, uma costura de processos políticos comunitários que buscam instituir **Territórios Livres de Mineração (TLM)**. Tal costura realiza uma crítica complexa aos impactos do modelo de exploração mineral no país e mostra seu caráter criativo na mobilização de antigos e novos instrumentos jurídico-políticos de defesa dos territórios, bem como na vocalização de um amplo repertório de argumentos fundados na vivência histórica e coletiva, na construção de conhecimentos científicos e populares, na mobilização coletiva, na criação de redes de apoio e solidariedade para fortalecimento de denúncias, convocando o debate público a rediscutir os pressupostos da atividade minerária. O estudo pretende ofertar uma compreensão sobre a luta por garantir a existência de territórios livres de mineração no Brasil a partir de análises fincadas no chão da vivência de múltiplas comunidades e seus biomas, modos de existir, produzir e sustentar a teia da vida. Para isso, onze casos foram analisados nos mais variados contextos.

<http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2022/02/Livro-TLM.pdf>

2. LANÇAMENTO: QUEM É QUEM NO DEBATE SOBRE MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Desde 2019, em parceria com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração assumiu como tarefa acompanhar e promover análises críticas das medidas governamentais que ameaçam os povos indígenas no contexto da política mineral brasileira. O presidente da República, desde que assumiu o mandato, colocou como discurso central executar uma política permissiva ambientalmente e que possibilitasse a abertura das terras indígenas para investimentos empresariais, dentre os quais a atividade mineradora. Desde última quarta-feira (2), deputados governistas se articulam fortemente e buscam assinaturas para requerimento de urgência para votação do PL 191/2020. E caso consigam as 257 assinaturas necessárias para tal, o Projeto de Lei pode ir à votação em Plenário sem que os povos indígenas participem das discussões, sem audiências públicas, sem a constituição de Comissão Especial na Câmara, como é necessário em qualquer trâmite de Projetos de Lei.

Esta pesquisa mapeia os principais agentes e seus interesses em volta da tramitação do Projeto de Lei (PL) nº 191, apresentado pelo Executivo, em 6 de fevereiro de 2020, para regulamentar a mineração e outras atividades econômicas em terras indígenas. O estudo foi iniciado em 2019, quando a proposta do governo ainda não havia sido enviada ao Congresso Nacional. Nessa primeira fase, realizamos entrevistas por telefone ou enviamos um roteiro de perguntas por e-mail abordando os seguintes temas: posicionamento em relação à eventual liberação da mineração industrial e do garimpo em terras indígenas; possíveis prioridades ou modificações nos critérios de concessão dos títulos minerários e mecanismos de consulta, participação nos ganhos e veto das comunidades indígenas.

<http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2022/03/Quem-e%CC%81-Quem-no-debate-sobre-Minerac%CC%A7a%CC%83o-em-Terras-Indi%CC%81genas-2.pdf>

Artigo

1. **Projetos de leis que beneficiam garimpeiros em troca de apoio eleitoral, abrem caminho para invasão das terras indígenas em Roraima, de Jarbas Vieira.** É de conhecimento de grande parte da sociedade brasileira que o atual Presidente do país possui diversas divergências nos âmbitos políticos e econômicos com a maior parte das organizações que representam as populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, sem terras e camponesas do país. Os discursos políticos, as deliberações dos órgãos governamentais, e as propostas de lei dos seus aliados políticos no Congresso Nacional, reforçam o argumento de que os povos

e organizações do campo e as áreas protegidas são entraves para o “desenvolvimento” nacional. (<http://emdefesadosterritorios.org/projetos-de-leis-que-beneficiam-garimpeiros-em-troca-de-apoio-eleitoral-abrem-caminho-para-invasao-das-terras-indigenas-em-roraima/>)

Nota Técnica

1. Arrecadação e uso da CFEM: limitações nos portais de transparência dos municípios minerados

A Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM) tem ganhado algum destaque no debate público por constituir uma parcela significativa das receitas em municípios afetados pela extração mineral ou pela infraestrutura a ela vinculada (ferrovias, minerodutos, portos, barragens de rejeito etc.).

Nesta perspectiva, o projeto De Olho na CFEM visa aprofundar o debate a partir do acompanhamento do uso da CFEM pelas prefeituras municipais, como já tem sido feito ao longo dos anos de 2020 e 2021 nos municípios de Marabá (PA), Canaã dos Carajás (PA), Parauapebas (PA), Açailândia (MA), Conceição do Mato Dentro (MG) e Alto Horizonte (GO).

Nesse sentido, a Nota Técnica 01, publicada em setembro de 2020, observou algumas limitações de transparência no uso da CFEM nos portais das prefeituras de cada município. Na Nota Técnica 06, de 2022, o esforço se concentra em reavaliar os portais de transparência dessas prefeituras para identificar possíveis melhorias ou permanência do problema de acesso a informações orçamentárias vinculadas à fonte CFEM.

Para tanto, foram analisadas a previsão orçamentária, a realização de receitas e a execução de despesas nos anos de 2021 e 2022. No que diz respeito à previsão orçamentária, foi verificada a disponibilidade do Plano Plurianual (PPA), da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) nos portais de transparência desses municípios. Sendo que na LOA foi observado se a CFEM era especificada tanto nas receitas quanto nas despesas. Ao mesmo tempo, na execução orçamentária, foi analisado se as receitas e despesas estão disponíveis nos portais de transparência, bem como verificado se a CFEM foi discriminada no orçamento executado.

[\(http://emdefesadosterritorios.org/arrecadacao-e-uso-da-cfem-limitacoes-nos-portais-de-transparencia-dos-municipios-minerados/\)](http://emdefesadosterritorios.org/arrecadacao-e-uso-da-cfem-limitacoes-nos-portais-de-transparencia-dos-municipios-minerados/)

Participação em LIVES de formação de base e debates locais e regionais sobre mineração e atuação do comitê

- 1 participação de live sobre o PL 191/2020, com a apresentação do Quem é Quem nas discussões da Mineração em Terra Indígena, no Canal The International Society for Ecological Economics: https://www.youtube.com/watch?v=5Ti5FTVq1-E&ab_channel=TheInternationalSocietyforEcologicalEconomics

- 1 mesa no Fórum Social Pan-amazônico (FOSPA) que ocorreu no Pará junto as organizações indígenas da região, principalmente a FEPIPA.

https://www.instagram.com/p/Cg2GLI8OXEg/?utm_source=ig_web_copy_link

- 1 participação no Programa Faixa Livre, sobre a temática da Mineração em Terra Indígena. <https://www.youtube.com/watch?v=t0H7w60pPkY>

- 1 mesa no Fórum Social Pan-amazônico (FOSPA), com a participação de organizações de base da região norte.

- 1 participação no prêmio reprovare, construído pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, que apontou o prêmio para casos mais emblemáticos

<https://www.premioreprovar.com/copy-of-institui%C3%A7%C3%B5es-curadoras>

RESULTADOS

- Articulação junto as organizações da sociedade civil, para traçar estratégia de enfrentamento a aprovação das alterações no código de mineração;
- Os podcast se propõe a ser mais um espaço de informação sobre a mineração e de debate sobre o modelo mineral brasileiro. Com eles, a intenção é desenvolver outras formas e meios para conversar com as pessoas que discutem a mineração ou sofrem os impactos causados por ela. O “Cava: mineração em debate” é uma proposta coletiva que envolve o Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração e diferentes grupos de pesquisa e extensão vinculados a universidades públicas do país.



PÚBLICO

Tipo de público: Comunidades, movimentos de base, Indígenas, pesquisadores, ONGs e pastorais sociais. Visamos com nosso trabalho ampliar o debate público e garantir que a sociedade civil, bem como a opinião pública, seja informadas e mobilizadas. Além de atuarmos com incidência nos poderes legislativo e executivo.

Os beneficiários indiretos serão os povos e comunidades que já participaram das Plenárias do Comitê que mantém algum vínculo: seja por e-mail ou acompanhamento da página de facebook. Em relação aos que acessam as publicações da página do comitê estamos atualmente com 42.594 curtidas e um alcance em torno de 8 mil pessoas alcançadas por dia.

RELATÓRIO DE VISITAS AO SITE

www.emdefesadosterritorios.org

Dados de vistas ao site (Janeiro-Dezembro) de 2022*

- Janeiro	1817 visitas
- Fevereiro	2513 visitas
- Março	2109 vistas
- Abril	3725 visitas
- Maio	2111 visitas
- Junho	2329 visitas
- Julho	2778 visitas
- Agosto	3673 visitas
- Setembro	4001 visitas
- Outubro	2714 visitas
- Novembro	2511 visitas
- Dezembro	3059 visitas

Audiência tocadores de podcast

Cava: Mineração em debate



Audiência tocadores de podcast**

<http://emdefesadosterritorios.org/episodio-especial-podcast-cava-lancamento-do-livro-justica-insurgente-de-joan-kuyek/>

(primeiro semestre de 2022) 3.894 pessoas

** A maior audiência do podcast Cava é no site, mas não conseguimos esse dado.



V. Atividades Institucionais Estruturantes

O Desenvolvimento Institucional é realizado pela Direção do Ibase e conta com o apoio da Secretaria Geral, da Administração e Finanças e da Comunicação Institucional. Visa garantir as condições institucionais para a realização da missão do Ibase e de seu fortalecimento como organização de cidadania ativa, respeitando os princípios éticos e democráticos da transparência, da participação, das Relações Institucionais e da política organizacional e financeira.

4.1 Direção

Atividades permanentes

- Planejamento Programático e Estratégico.
- Gestão institucional de fluxos e processos.
- Captação de Recursos.
- Coordenação geral e organização das equipes de pesquisa e projetos, de comunicação, secretaria geral e administração e finanças.
- Coordenação programática, monitoramento, avaliação (PMA).
- Produção, supervisão e aprovação de relatórios técnicos narrativos e financeiros.
- Relacionamento com Conselho Curador, o Conselho Fiscal e com Associados (as) do Ibase.
- Relações Institucionais.
- Relações externas, representação e articulação.

4.2 Secretaria Geral

Atividades permanentes

- Suporte no gerenciamento de informações interligando o trabalho entre as equipes (diretoria, comunicação, pesquisa e administração e finanças).
- Acompanhamento dos convênios/contratos junto com as(os) coordenadoras(es) dos projetos para o cumprimento de prazos de envio de relatórios narrativos e financeiros e da documentação exigida.
- Facilitação na organização das atividades dos projetos no conjunto da instituição, assim como na organização e divulgação interna da agenda institucional a partir das informações enviadas pelas equipes.

- Facilitação na comunicação entre diretoria e conselhos curador e fiscal, nas agendas de reuniões de conselhos e assembleias de associadas(os), respeitando a orientação estatutária.
- Assessoramento à diretoria em viagens, agendas e articulações institucionais.
- Facilitação e organização o Plano Anual e Relatório de Atividades, elaborados de acordo com os parâmetros e prazos estipulados pelos financiadores/patrocinadores.

4.3 Administração e Finanças

Atividades permanentes

- Suporte à estrutura organizativa nos aspectos legais e fiscais.
- Suporte aos programas e projetos institucionais e gestão de pessoas.
- Gestão financeira, contábil, condições de infraestrutura e logística.
- Acompanhamento de auditorias externas.
- Manutenção cotidiana das certificações, certidões e tributos.

4.4 Redes, Fóruns, Coletivos, Coalisões e Articulações

A atuação em redes e a participação qualificada em diversos movimentos da sociedade civil brasileira é um eixo- importante que faz parte das ações políticas do Ibase na busca pela ampliação da democracia e pela garantia dos direitos humanos, contra as desigualdades e exclusão social diante dos desafios imediatos e de longo prazo.

Para o Ibase discutir atualmente o direito à cidade é um tema necessário e urgente, principalmente diante do quadro político brasileiro onde a maior parte da população brasileira vê violados seus direitos básicos fundamentais de sobrevivência. Em 2022, o Ibase, conjuntamente com várias entidades e movimentos sociais, participou ativamente do processo de organização da Conferência Popular pelo Direito à Cidade realizada em junho em São Paulo, que teve como objetivos centrais:

- Construir, democraticamente, uma PLATAFORMA DE LUTAS URBANAS voltada para o combate à desigualdade social e à predação ambiental.
- Participar da redemocratização do país por meio de uma articulação nacional de agentes, atores e entidades vinculados à vida urbana e produção das cidades

- Inserir o tema das cidades no PROJETO NACIONAL a ser definido socialmente por ocasião das eleições de 2022.

Integrando as atividades de pré-conferência, o Ibase organizou no Rio de Janeiro o evento preparatório “Perspectivas das Favelas diante de seu Direito à Cidade”, em 28 de abril de 2022, em sua sede, com a parceria do Laboratório de Estudos das Transformações do Direito Urbanístico Brasileiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ledub/UFRJ) e a participação da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), do Museu Sankofa – Memória História da Rocinha, da Cooperativa Shangri-lá, do Instituto Raízes em Movimento, do Coletivo Brota na Laje, do Grupo ECO/Santa Marta, do Movimenta Caxias, das Brigadas Populares, da ONG Redes da Maré e de lideranças de favelas. Contamos com o apoio das mandatas coletivas da vereadora Tainá de Paula (Partido dos Trabalhadores / Rio de Janeiro – PT/RJ) e da deputada estadual Mônica Francisco (Partido Socialismo e Liberdade – Psol/RJ). Os objetivos do evento foram debater, sob a ótica da cidadania ativa das favelas, a descontinuidade das políticas públicas de urbanização e seus impactos e efeitos nos territórios; ampliar e atualizar o debate sobre novas perspectivas de intervenções públicas nas favelas e sobre participação; contribuir para incluir na pauta das políticas local, estadual e nacional o retorno das políticas de urbanização de bairros autoproduzidos ou de baixa renda, garantindo um amplo diálogo em sua concepção e implementação e incorporando novos olhares; dar visibilidade às agendas prioritárias da cidadania ativa das favelas pelo direito à cidade.

O Ibase participou ativamente da organização da Conferência Popular pelo Direito à Cidade que aconteceu nos dias 03,04 e 05 de junho em várias localidades de São Paulo. Estiveram presentes no encontro entidades, coletivos, grupos de direitos humanos e movimentos populares, que teve como objetivo construir democraticamente uma plataforma de lutas urbanas voltadas para o combate dos problemas apresentados pelo cotidiano urbano de nossas cidades.

Neste encontro foram debatidos diversos temas e construídas coletivamente propostas de lutas urbanas nacional, regionais e locais, que consolidaram uma Plataforma de Lutas Populares pelo Direito à Cidade. Este esforço visa contribuir para o fortalecimento de redes de resistências, mobilizações e articulações permanentes na luta por cidades mais justas, plurais, sustentáveis e democráticas.

No primeiro dia da Conferência foi realizada uma Marcha Popular pelo Direito à Cidade, com a participação de entidades e movimentos sociais, que percorreram ruas do Centro de SP. No final deste dia ocorreu a abertura oficial da Conferência, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

No dia seguinte aconteceram 16 oficinas temáticas organizadas em vários locais, com participação das representatividades presentes no evento, para debater e consolidar as propostas apresentadas nos 230 encontros preparatórios realizados nacionalmente. Foram debatidas propostas voltadas para moradia popular; saúde e saneamento; preservação do meio ambiente e adaptação à crise climática; mobilidade e acessibilidade; trabalho e renda; democracia urbana; acesso a equipamentos culturais; dinamização de atividades artísticas e esportivas; cidadania das pessoas jovens e idosas; pelos direitos da população em situação de rua, das favelas/periferias e dos povos originários; bem como, propostas de lutas antirracistas; contra discriminação de pessoas com deficiência e contra opressões de gênero e LGBTQIA+.

O Ibase participou da Oficina “Favelas e Periferias na luta pelo direito à cidade”. Estiveram presentes representando a ONG o diretor Athayde Motta, a diretora Rita Corrêa Brandão e a assessora da direção Sandra Jouan, bem como, viabilizada a participação de quatro lideranças comunitárias de favelas do Rio de Janeiro: Alan Brum Pinheiro, do Complexo do Alemão; Cosme Felippsen, do Morro da Providência; Ruth Sales, da Favela da Indiana; e Antônio Firmino, da Rocinha.

A incorporação do olhar dos grupos invisibilizados na luta pelo direito à cidade é uma prática histórica de nossa instituição, de forma a contribuir para que sejam de fato sujeitos de direito, na definição de suas vidas nas cidades. Esse processo de “invisibilidade” precisa ser colocado na ordem do dia, não somente na pauta de luta dos que vivenciam esta exclusão, mas na luta de qualquer cidadão ou cidadã que atua, aqui e agora, para conquistar as transformações que possibilitarão a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Para o Ibase trata-se de tornar a participação social um traço definidor da qualidade da ação pública como construtor de cidades para todas e todos.

Julgamos fundamental a participação do Ibase e das lideranças de favelas do Rio de Janeiro na proposição, definição e aprovação das propostas apresentadas nesta oficina. Para os participantes é necessário tornar central na discussão do Direito à Cidade o tema das favelas e periferias.

Propostas aprovadas na Oficina “Favelas e Periferias na Luta pelo Direito à Cidade”:

1. Criar intervenções urbanas participativas contínuas nas favelas, com metodologias mais próximas de sua realidade;
2. Estimular um pacto federativo mais radicalizado e centrado nos desafios que se têm para as favelas;
3. Incluir na discussão das políticas públicas em favelas a questão racial e de gênero;

4. Criar de um Plano Nacional contra os impactos das mudanças climáticas nas favelas especialmente diante de deslizamentos e enchentes, priorizando ações de macrodrenagem, saneamento, mapeamento e contenção de encostas, qualificação de segurança e moradia popular;
5. Estimular o debate da recuperação das tradições presentes nos territórios populares por meio do fortalecimento de redes e encontros locais;
6. Incidir junto ao sistema público de produção de dados e estatísticas para que realize o censo e que sejam revistas as metodologias de coleta de informações sobre as favelas;
7. Definir novas metodologias oficiais de produção de dados e pesquisa para os espaços populares de favelas, considerando as características da ocupação espacial e da vida social, agregando experiências metodológicas macros e gerais, além da produção de conhecimentos;
8. Recolher e acessar as iniciativas de promoção da vida e de resistência local que acontecem nas periferias, visibilizando o processo de sobrevivência da população negra desses territórios (organização popular, cuidados, insubordinação, coletivização dos espaços e seus muitos significados);
8. Defender um pacto pela vida: chega de matar pobres, pretos, pretas, favelados e faveladas, com uma mudança paradigmática na política de confronto, por meio da ampliação do conceito de segurança, com a criação de um ambiente seguro, focado na intersectorialidade das políticas públicas; e
9. Trazer a favela e a periferia como tema central no debate do direito à cidade reconhecendo os territórios, seus moradores e movimentos populares organizados como protagonistas na formulação, produção e gestão de políticas públicas, viabilizando recursos técnicos, sociais e políticos para sua execução.

No último dia da conferência realizado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ocorreu a Plenária de apresentação das propostas alinhadas durante as oficinas e de aprovação do documento final do encontro, bem como, a aprovação da “Carta Política” da Conferência e moções de repúdio.

A Conferência revelou a importância da retomada da discussão da temática urbana, sobretudo, da necessidade de se resgatar nossas cidades como lugares de vida comuns, onde a diversidade de movimentos e lutas urbanas possam se reconhecer e conviver, possibilitando convergências para a construção de sociedades mais justas e democráticas.



O Ibase espera contribuir com o debate público sobre o Direito à Cidade comprometido com a ampliação dos direitos de cidadania sempre destacando a importância de priorizar o tema das favelas e periferias como central no debate urbano.

As favelas devem ser reconhecidas em sua especificidade sócio territorial e servir de referência para elaboração de políticas públicas apropriadas a estes espaços, garantindo acesso aos serviços, como direitos. Na reflexão sobre a produção e do espaço urbano é preciso respeitar a construção histórica diferenciada das favelas e periferias e reconhecer suas singularidades.

Reforçando a estratégia do Ibase de fortalecimento do tecido associativo nos territórios e o estímulo aos processos de articulação e organização comunitária foi promovido em 19/08, um encontro no Ibase com o Fórum Popular do Alemão, visando o fortalecimento deste coletivo na elaboração de seu Plano de Ação Popular do Complexo do Alemão, no qual foi apresentada a metodologia de Desenvolvimento Local criada e desenvolvida por esta organização desde 2005. Em dezembro foi o lançamento do Plano de Ação que apresentou uma agenda dos principais temas de políticas públicas para o Complexo, fruto de um amplo debate com a população, organizações, grupos locais e associações de moradores. Apoiaram esta iniciativa, além do Ibase, o Fundo das Populações das Nações Unidas - UNFPA e Trilhas de Cairo, a Agência do Bem, a Casa Fluminense e o Instituto Vladimir Herzog.

A atuação em redes e a participação qualificada em diversos movimentos da sociedade civil brasileira é um eixo importante que faz parte das ações políticas do Ibase na busca pela ampliação da democracia e pela garantia dos direitos humanos. Nesse contexto de atuação, levando em conta estarmos num processo eleitoral para escolha do governador do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2022, o Ibase conjuntamente com outras organizações do campo democrático, participou em 24/08 e 31/08 de um debate público com os candidatos Rodrigo Neves/PDT e Marcelo Freixo (PSB), versando sobre o tema do Direito a Cidade e as propostas das candidaturas para as cidades, com destaque para as favelas do Estado do Rio de Janeiro. Estiveram presentes além de organizações da sociedade civil, representantes do poder legislativo, das universidades, representantes e moradores/as de favelas e periferias. Este debate possibilitou um amplo debate e uma maior visibilidade das agendas prioritárias pelo direito à cidade propostos pela cidadania ativa das favelas.

O Ibase também promoveu no dia 24/08 em parceria com a Plataforma pela Reforma do Sistema Político e a Rede da Conferência Popular pelo Direito à Cidade-RJ, um encontro com candidatos/as negros/as e trans de favela teve como objetivo avaliar os avanços e desafios de suas candidaturas no processo eleitoral de 2022, bem como, as propostas para seus territórios e em particular sobre temas centrais da questão urbana para as favelas.



Estiveram presentes no debate, sendo a mediação realizada pela Vereadora Tainá de Paula, os/as candidatos/as Benny Brioli/ Vereadora travesti eleita para seu primeiro mandato, Cosme Felippen/Representantes do Morro da Providência, Dara Mandato/ Coordenadora Nacional do Coletivo Enegrecer, Monica Francisco/Deputada Estadual do Rio de Janeiro, Rafaela Albergaria/ Ativista pelo direito à vida de pessoas negras e periféricas e Rodrigo Mondengo/ Advogado de Direitos Humanos

Para o Ibase é importante eleger corpos dissidentes, na estruturação da política institucional, produzindo uma nova ética e estética, que imprima uma nova forma de fazer política e legislar, de forma a imprimir a interseccionalidade nas pautas legislativas, como debate importante para o movimento negro e de mulheres negras. É preciso democratizar de verdade o Estado Democrático de Direito, o que significa que a democracia chegue às favelas. Fortalecer os mandatos coletivos, da articulação com a sociedade civil como caminho de enfrentamento aos outros parlamentares brancos, de direita, que ocuparão a Assembleia Legislativa.

4.5 Comunicação Institucional:

A área de comunicação trabalha acompanhando a conjuntura e os fatos de maior repercussão no cotidiano, especialmente aquelas que têm relação com as atividades e projetos sendo desenvolvidos pelo Ibase. Para tal, monitora órgãos da grande imprensa, da imprensa alternativa e a comunicação das organizações da sociedade civil (OSCs) e movimentos sociais que atuam na defesa de direitos. Tais iniciativas são sugeridas pela área de comunicação à direção e podem envolver as atividades e projetos desenvolvidos pelo Ibase.

Atividades permanentes

- Atividades de rotina

Elaboração de planos de comunicação para projetos; Atualização de áreas fixas do site do Ibase, tornando o portal compatível com a realidade da instituição e com maior dinamicidade de informações; Elaboração de notas e reportagens sobre temas e atividades relacionados aos Ibase, disponibilizadas no site da instituição; Realiza diagramação de cards e convites eletrônicos para a divulgação de eventos da instituição; Envio de material de divulgação de eventos através de mailing; Atualização e monitoramento diário das redes sociais da instituição (Twitter, Instagram, LinkedIn e Facebook); Redação, edição e revisão de artigos e relatórios; Assessoria de imprensa.



- Produção de publicações e materiais de comunicação de projetos

A área de comunicação é responsável pela produção de publicações, produtos digitais e audiovisuais a partir dos conteúdos produzidos pelas equipes técnicas. Isso inclui a concepção editorial, definição de materiais e mídias a serem utilizadas para divulgação e a contratação de prestadores de serviços (revisores, designers, fotógrafos etc.)

VI. Comunicação e Métricas

Responsável pelo fluxo de informações interno e externo, a Comunicação Institucional do Ibase realizou as atividades previstas no planejamento, a saber: planos de comunicação para projetos, atualização de áreas fixas do site institucional e das redes sociais (estratégia digital), apuração e redação e edição de notas e reportagens sobre temas e atividades relacionados ao Ibase, disponibilizadas no site da instituição. Além das tarefas realizadas internamente pela equipe, houve também o acompanhamento de serviços executados por terceiros, tais como revisores, tradutores, diagramadores, fotógrafos etc. Deve-se destacar que mesmo as tarefas terceirizadas exigem que a equipe interna se ocupe da elaboração de briefings, cotações e acompanhamento/aprovação dos serviços contratados.

Em 2022, tivemos como projetos especiais o desenvolvimento da Campanha Prato Cheio de Sonhos e do Fundo Beija-Flor. Com o início da vacinação em massa contra a Covid e a volta ao trabalho presencial, a partir de março, fizemos uma readequação no planejamento de tarefas e entrega de produtos. Resumidamente, tivemos um primeiro semestre de ajustes após a volta ao trabalho presencial; e um segundo semestre de planejamentos e produções.

Como parte desse novo planejamento, realizamos em maio o Primeiro Encontro Anual do Ibase, um evento político-cultural que teve como objetivo reaproximar alianças e parcerias com instituições e pessoas que já fizeram parte da história do Ibase. Realizado em nossa sede, o encontro reuniu antigos funcionários e funcionárias e marcou a retomada de alianças estratégicas para o Ibase. Com a presença de cerca de 50 pessoas, a comunicação do Ibase foi responsável pela organização, divulgação e promoção do evento. Foi criada uma identidade visual própria para o evento, utilizada nas redes sociais e em brindes para posicionamento da marca institucional.

Em julho, lançamos as cartilhas **Como garantir a saúde reprodutiva e sexual de meninas e mulheres?** e **Como garantir a proteção de meninas e mulheres?**, ambas realizadas pelo projeto Cidadania Ativa e Acesso à Justiça, em parceria com o *Center for Applied Human Rights (CAHR – University of York)*, com financiamento do *International Development Research Centre (IDRC)*. As publicações tiveram uma estratégia de divulgação diferenciada, com anúncios promovidos em redes sociais, gerando 1.344 visitantes interessados no material e 127 downloads.

No mês seguinte, agosto, realizamos dois eventos importantes: o “25 anos COM Betinho” e o debate com candidatas(as) à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ambos com transmissão ao vivo pelo Youtube do Ibase. Os dois encontros foram realizados presencialmente e seguiram à risca as recomendações das autoridades sanitárias para evitar a propagação do vírus da Covid 19. O evento

com a presença de candidatos(as) à vereança no Rio de Janeiro teve a distribuição da publicação "Dossiê Rio – Favela é cidade.

Com objetivo de incrementar nossa comunicação com parceiros(as), associados(as) e financiadores, reativamos nosso boletim eletrônico. Desde outubro de 2022, enviamos mensalmente informações sobre nossas atividades para cerca de 3.800 assinantes, com taxa de abertura de e-mails de 50% aproximadamente. Também em outubro foram lançados os diagnósticos sociais participativos de Jardim Gramacho e do Complexo do Borel, publicações que reúnem informações para auxiliar na definição das ações para o planejamento de estratégias de atuação social, no âmbito do projeto Cidadania Ativa e Acesso à Justiça.

Outro destaque do ano foi o lançamento da Campanha Prato Cheio de Sonhos, que atendeu a 740 crianças do Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio. A campanha foi executada pela Comunicação do Ibase e, além de divulgação nas mídias digitais, houve repercussão na imprensa tradicional de rádio, jornal, TV e comunitária. Finalizando 2023, demos um passo importante para reativar nossa estratégia de captação de recursos: lançamos o Fundo Beija-Flor, uma plataforma digital que tem como objetivo angariar recursos para financiar ações de combate à pobreza e promoção da cidadania.

Atualizações do site institucional

Período	Número de atualizações	Conteúdo
Janeiro	02	Carlos Afonso, fundador do Ibase, entra para o Hall da Fama da internet Resumo da ópera sobre Risério e o racismo de negros contra brancos no Brasil
Fevereiro	01	Tragédia em Petrópolis: onde estão as vozes da sociedade civil? Campanha Pré-vestibular Brota na Laje Ibase prorroga edital para seleção de entrevistadores(as) Justiça para Moïse
Março	07	Ditadura Nunca Mais Jovens recebem treinamento e kit de proteção contra Covid Especialistas debatem violações de direitos e covid Ibase retoma atividades presenciais Ibase se despede de Cleide Quitéria dos Santos Ibase lembra história da participação política das mulheres 8 mulheres para o 8M
Abril	05	Direito à cidade em debate no Ibase Rumo à conferência sobre cidades Athayde Motta assume vice-presidência de coalizão internacional de ONGs

		Caminhos e encruzilhadas: desafios para construir outro sistema político Haverá um mundo para o conhecimento e estamos provando isso todos os dias
Maio	03	Ibase lança dossiê sobre favelas e direito à cidade Sobre operações policiais que resultam em mortes nas favelas Ibase encaminha denúncia de racismo ao Conselho Internacional do FSM
Junho	11	Seminário sobre ações afirmativas no ensino superior acontece dias 05 e 06 de julho Como permitimos que milhares de pessoas voltassem a passar fome? Favelas - uma condição urbana de caráter nacional Nova parceria para defesa de direitos e da democracia Conferência de meio ambiente acontece em junho Aviso sobre o processo seletivo para pesquisador(a) do Ibase Todos(as) contra a fome Ibase seleciona consultor(a) em comunicação Organizações de Liberdade de Expressão das Américas entram com pedido de medida cautelar na CIDH Luta por direito à cidade reúne 600 entidades Ibase abre edital para selecionar auxiliar de pesquisa
Julho	10	Repensar e ressignificar Por um processo eleitoral democrático e transparente, sem incentivos a qualquer tipo de violência política Cidadania ativa e democracia Movimentos sociais lançam campanha em defesa da Democracia e com críticas ao sistema político Ibase lança cartilhas sobre violência de gênero e saúde reprodutiva Fórum Social Pan-Amazônico começa amanhã Ibase participa de rede que defende a democracia e o processo eleitoral Escrito por ativistas e intelectuais negras, livro "Olhares Negros" será lançado sábado, dia 30, no Rio de Janeiro
Agosto	4	Celebração e muita troca no lançamento do livro "Olhares Negros" A falta que Betinho faz Ibase e Abia realizam homenagem a Betinho Betinho presente
Setembro	5	Seminário debate um novo olhar sobre a filantropia no Brasil Ibase promove debate com candidatos(as) à Alerj Ibase nas eleições de 2022 Eleições 2022 Eleições 2022 - Exerça o voto, respeite o pleito e escolha a democracia
Outubro	7	Novos olhares sobre transformações urbanas

		Sociedade civil denuncia violência em evento internacional Diagnóstico Participativo do Borel será lançado amanhã O Brasil sabe como debelar a fome, é só fazer* A questão é a democracia Campanha Prato Cheio de Sonhos Contribua com o Fundo Beija-Flor e nos ajude a combater a pobreza
Novembro	4	Iniciativa contra a fome na primeira infância será lançada no Dia da República Ibase participa de encontro sobre royalties da mineração Ibase está entre as 81 entidades que assinam a carta “A Democracia que Queremos”
Dezembro	1	Lançamento do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais

PRODUÇÕES

- Identidade visual do Encontro Anual do Ibase e brindes institucionais de reposicionamento da marca Ibase





- Identidade visual da Campanha Prato Cheio de Sonhos



- Diagnósticos Sociais Participativos



- Cartilhas [Como garantir a saúde reprodutiva e sexual de meninas e mulheres?](#) e [Como garantir a proteção de meninas e mulheres?](#)





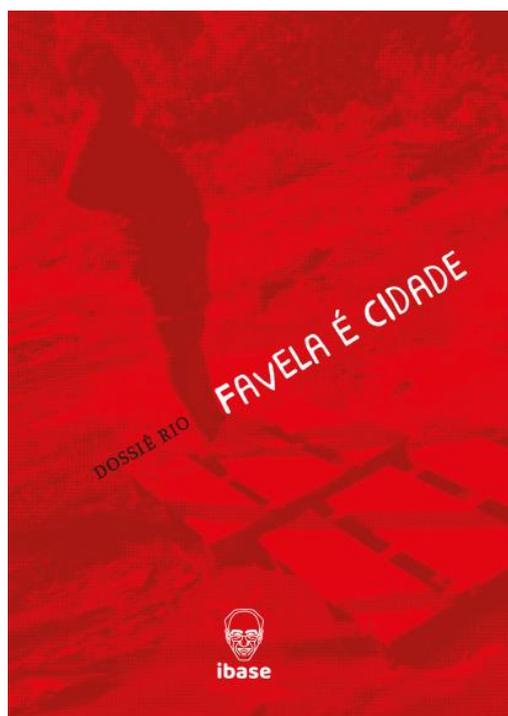
- Dossiê Rio – Favela é Cidade!
Uma contribuição à CPDC

Favela É CIDADE!

DOSSIÊ RIO



- Dossiê Rio – Favela é Cidade!
Contribuições ao debate sobre direito à cidade



AUDIOVISUAIS

- [Depoimento de Antônio Firmino para o encontro “Perspectivas das Favelas na luta pelo Direito à Cidade”, organizado pelo Ibase em abril, em parceria com o Laboratório de Estudos das Transformações do Direito Urbanístico Brasileiro – Ledub/UFRJ](#)
- [Depoimento de Thuane Nascimento para o encontro “Perspectivas das Favelas na luta pelo Direito à Cidade”, organizado pelo Ibase em abril, em parceria com o Laboratório de Estudos das Transformações do Direito Urbanístico Brasileiro – LEDUB/UFRJ](#)
- [Resumo do debate sobre direito à cidade, em parceria com o Laboratório de Estudos das Transformações do Direito Urbanístico Brasileiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro \(Ledub/UFRJ\) e a participação da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro \(Faferj\), do Museu Sankofa – Memória História da Rocinha, da Cooperativa Shangri-lá, do Instituto Raízes em Movimento, do Coletivo Brota na Laje, do Grupo ECO/Santa Marta, do Movimenta Caxias, das Brigadas Populares, da ONG Redes da Maré e de lideranças de favelas.](#)
- [Debate “A Democracia e a Favela que Queremos” e lançamento da publicação “Dossiê Rio – Favela é cidade – Contribuições ao debate sobre direito à cidade” – que reúne artigos e análises sobre territórios sob a ótica de seus moradores e lideranças locais. A iniciativa foi realizada com o apoio da Plataforma pela Reforma do Sistema Político e da parceria da Conferência Popular Estadual pelo Direito à Cidade.](#)
- [Evento 25 anos COM Betinho, realizado pelo Ibase e Abia, para lembrar o legado de Herbert de Souza e trazer à tona assuntos com os quais o sociólogo sempre esteve envolvido, principalmente fome, desigualdade social, HIV/Aids, democracia e políticas de comunicação.](#)

CAMPANHAS

- [Prato Cheio de Sonhos](#)
- [Fundo Beija-Flor](#)

MÉTRICAS

- Site Institucional

Ano	Acessos	Usuários	Visualizações de página
2022	346.451	142.873	341.499
2021	191.736	72.740	187.937

- Facebook

Seguidores até 31/12/2021	Seguidores até 31/12/2022
14.517	14.883

- Instagram

Seguidores até 31/12/2021	Seguidores até 31/12/2022
3.018	3.664

- Twitter

Seguidores até 31/12/2021	Seguidores até 31/12/2022
9.674	9.621

- LinkedIn

Seguidores até 31/12/2021	Seguidores até 31/12/2022
704	1.083

VII. Textos e Mídias Externas

ARTIGOS/TEXTOS PRODUZIDOS

Jornal / Mídia	Data	Título	Autor(a)
Site do Ibase	21/02	Tragédia em Petrópolis: onde estão as vozes da sociedade civil?	Athayde Motta
Site do Ibase	17/02	Resumo da ópera sobre Risério e o racismo de negros contra brancos no Brasil	Athayde Motta
Congresso em Foco	8/03	Para mais mulheres na política, uma nova cultura de direitos	Wania Sant'Anna e Roberta Eugênia
Congresso em Foco	11/03	A banalização do mal e do racismo	Wania Sant'Anna
Folha de São Paulo	13/04	Emergência alimentar	Nathalie Beghin
Congresso em Foco	26/04	Haverá um mundo para o conhecimento e estamos provando isso todos os dias	Wania Sant'Anna
Site do Ibase	20/06	Favelas - uma condição urbana de caráter nacional	Athayde Motta e Rita Brandão
Site do Ibase	27/06	Como permitimos que milhares de pessoas voltassem a passar fome?	Rita Corrêa Brandão
Site do Ibase	06/07	Repensar e ressignificar	Cândido Grzybowski
Site do Ibase	13/07	Cidadania ativa e democracia	Cândido Grzybowski
Folha de São Paulo	25/07	Dia da Mulher Negra: 25 de julho é de memória e luta	Wania Sant'Anna
Site do Ibase	09/08	A falta que Betinho faz	Richard Parker
Site do Ibase	20/10	O Brasil sabe como debelar a fome, é só fazer*	Nathalie Beghin
Site do Ibase	25/10	A questão é a democracia	Cândido Grzybowski

ENTREVISTAS PARA MÍDIA EXTERNA

Data	Título/tema
04/01	Carlos Afonso, fundador do Ibase, entra para o Hall da Fama da internet
01/02	Justiça para Moïse
18/02	Campanha Pré-vestibular Brota na Laje
08/03	8 mulheres para o 8M
08/03	8M - Ibase lembra história da participação política das mulheres no Brasil
21/03	Ibase retoma atividades presenciais
29/03	Especialistas debatem violações de direitos e covid
31/03	Jovens recebem treinamento e kit de proteção contra Covid

31/03	Ditadura Nunca Mais
04/04	Athayde Motta assume vice-presidência de coalizão internacional de ONGs
07/04	Rumo à conferência sobre cidades
25/04	Direito à cidade em debate no Ibase
26/05	Sobre operações policiais que resultam em mortes nas favelas – Ibase
05/05	Ibase encaminha denúncia de racismo ao Conselho Internacional do FSM
31/05	Ibase lança dossiê sobre favelas e direito à cidade
08/06	Luta por direito à cidade reúne 600 entidades
22/06	Conferência de meio ambiente acontece em junho
27/06	Nova parceria para defesa de direitos e da democracia
28/06	Audiência pública para debater letalidade policial
11/07	Por um processo eleitoral democrático e transparente, sem incentivos a qualquer tipo de violência política
13/07	Movimentos sociais lançam campanha em defesa da Democracia e com críticas ao sistema político
22/07	Ibase lança cartilhas sobre violência de gênero e saúde reprodutiva
27/07	Fórum Social Pan-Amazônico começa amanhã
27/07	Ibase participa de rede que defende a democracia e o processo eleitoral
28/07	Escrito por ativistas e intelectuais negras, livro “Olhares Negros” será lançado sábado, dia 30, no Rio de Janeiro
02/08	Celebração e muita troca no lançamento do livro “Olhares Negros”
16/08	Ibase e Abia realizam homenagem a Betinho
31/08	Betinho presente
15/09	Seminário debate um novo olhar sobre a filantropia no Brasil
15/09	Ibase promove debate com candidatos(as) à Alerj
26/09	Ibase nas eleições de 2022
28/09	Eleições 2022
29/09	Eleições 2022 – Exerça o voto, respeite o pleito e escolha a democracia
05/10	Novos olhares sobre transformações urbanas
06/10	Sociedade civil denuncia violência em evento internacional
19/10	Diagnóstico Participativo do Borel será lançado amanhã
26/10	Campanha Prato Cheio de Sonhos
28/10	Contribua com o Fundo Beija-Flor e nos ajude a combater a pobreza –
10/11	Iniciativa contra a fome na primeira infância será lançada no Dia da República
23/11	Ibase participa de encontro sobre royalties da mineração
29/11	Ibase está entre as 81 entidades que assinam a carta “A Democracia que Queremos”
16/12	Lançamento do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais

NOTAS E REPORTAGENS

Jornal / Mídia	Data	Título e endereço eletrônico	Entrevistado(a)
Site da Abong	27/04	Conheça a Nova Diretoria da Abong!	Institucional
Correio de Minas	03/05	Mineração: falta de informações sobre royalties atrapalha fiscalização	Athayde Motta
Folha de São Paulo	08/08	Betinho estaria mobilizado contra a fome, afirma filho -	Institucional
Coluna Lu Lacerda no IG	09/08	"25 nos Com Betinho": duas ONGs fundadas por ele se preparam para evento	Athayde Motta
Instituto Humanitas Unisinos	19/08	Como agregar as várias cidadanias deste país? O desafio de criar um imaginário mobilizador. Entrevista especial com Cândido Grzybowski	Institucional
G1	29/08	ONGs criadas por Betinho lembram os 25 anos da morte do sociólogo e discutem temas como fome, desigualdade e democracia	Institucional
Brasil de Fato	30/08	ONGs realizam evento "25 anos com Betinho"	Athayde Motta
Site da Abia	31/08	Na sede da Abia, Betinho tem trajetória celebrada por ONGs fundadas por ele	Institucional
Brasil de Fato	21/09	Moradores de favelas do Rio vão debater propostas com	Sandra Jouan
Counter Currents	22/09	Global People's Assembly At The UN General Assembly: Over 1000 Civil Society Groups Propose Bold Steps To Transform The World	Athayde Motta
Odisha Diary	22/09	Global People's Assembly at the UN General Assembly: Over 1000 civil society groups propose bold steps to transform the world	Athayde Motta
Site da Câmara Municipal de SP	23/09	Prêmio Betinho 2022 reconhece projetos voltados à cidadania em São Paulo - Câmara Municipal de São Paulo	Institucional
Outras Palavras	29/09	Polícias: guerra sem fim contra os que não cabem -	Institucional
TVT	31/10	Campanha quer ajudar a alimentar famílias com crianças de até 6 anos de idade no Rio de Janeiro	Rita Corrêa Brandão
Brasil de Fato	10/11	Campanha contra a fome na primeira infância vai beneficiar	Rita Corrêa Brandão
G1	14/11	Projetos sociais arrecadam alimentos para doações de fim de ano no Rio	Institucional
Bom Dia Rio ao vivo	15/11	Chamada ao vivo para a atividade do Complexo do Alemão da Campanha Prato Cheio de Sonhos	Athayde Motta

Rádio/Site Tupi FM	15/11	Iniciativa contra a fome na primeira infância será lançada no Dia da República	Rita Corrêa Brandão
O Dia	15/11	Cartão Alimentação é distribuído para crianças de até 6 anos do Complexo do Alemão	Rita Corrêa Brandão
Meia Hora	15/11	Cartão Alimentação é distribuído para crianças do Complexo do Alemão	Rita Corrêa Brandão
Site da JBFM		Cartão Alimentação é distribuído para crianças de 0 a 6 anos	Rita Corrêa Brandão
Voz das Comunidades	16/11	Campanha distribui 740 Cartões Alimentação para crianças no Alemão; valor será carregado por 3 meses	Rita Corrêa Brandão
Band TV	15/11	Iniciativa busca diminuir insegurança alimentar	Rita Corrêa Brandão
Site do Cimi	22/11	Organizações da sociedade civil lançam manifesto contra projeto de lei que limita participação e representação social	Institucional
Projeto Colabora	28/11	‘Lula fez discurso de estadista na COP’, diz ativista Cândido Grzybowski	Institucional
Nexo Jornal	23/12	A plataforma de dados sobre as desigualdades raciais no Brasil	Institucional

Conteúdo de textos/artigos replicados do site do Ibase para mídias e sites externos

Nome da Mídia	Título e Endereço Eletrônico	Tema	Data
Site da Abong	25 anos COM Betinho – a luta continua	Artigo de opinião	09/08
Site da Abia	ABIA e Ibase preparam homenagem a Betinho para relembrar a trajetória do sociólogo	Institucional	12/08
Site da Abong	Ibase e ABIA realizam homenagem a Betinho	Institucional	18/08
Site da Cfemea	Ibase e Abia realizam homenagem a Betinho	Institucional	21/08
Site da Cfemea	Seminário debate um novo olhar sobre a filantropia no Brasil	Institucional	16/09
Site da Abia	Ibase promove dia 23/09 debate com candidatos(as) à Alerj	Institucional	18/09
Site da Cfemea	Sociedade civil denuncia violência em evento internacional	Institucional	07/10

SITES E REDES SOCIAIS

- <https://www.instagram.com/ibase/>



- <https://www.facebook.com/ibase.br>
- <https://www.linkedin.com/company/ibase/mycompany/>
- <https://twitter.com/lbasenet>
- <https://www.youtube.com/user/ibasetube>
- www.ibase.br

VIII. Quadro de Incidência

ACOMPANHAMENTO INCIDÊNCIAS DO IBASE NO ANO DE 2022					
Incidência	Período	Parcerias	Assunto	Desdobramentos	Observações
1. Declaração conjunta da sociedade civil a Comissão Europeia.	20/01/2022	Organizações da Sociedade Civil	Top deforestation, uphold lan rirghts A declaração pede que além da preocupação como o desmatamento a Comissão Europeia também leve em consideração os direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais e camponesas	Enviado por Athayde	
2. Assinatura adesão ao Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP).	25/01/2022	Organizações da Sociedade Civil		Enviado por Athayde	
3. Manifesto de adesão a Campanha Sede Zero.	28/01/2022	ONDAS Brasil.org Organizações da sociedade civil e movimentos sociais	Proposição de uma série de nove medidas que objetivam garantir o acesso pleno à água e ao esgotamento sanitário a todas as pessoas, em especial àquelas que vivem em processo de vulnerabilidade	Rede de WhatsApp da Plataforma pela Reforma do Sistema Político	
4. Nota de repúdio à violência policial e extermínio da juventude.	11/02/2022	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CEDECA/DF Organizações da sociedade civil Movimentos sociais	Nota de repúdio puxada pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente do Distrito Federal - CEDECA/DF à violência policial e extermínio da juventude.	Rede da Plataforma pela Reforma do Sistema Político	

<p>5. Nota de repúdio e indignação em defesa da vida e dos territórios quilombolas de Cedro, Flexeiras e Santo Antonio em Arari/ Maranhão.</p>	<p>17/02/2022</p>	<p>6ª Semana Social Brasileira, pastorais sociais, movimentos e organizações da sociedade civil</p>	<p>Nota de solidariedade às pastorais sociais e organizações do Maranhão que atuam na defesa profética das vidas e na garantia dos territórios quilombolas.</p>	<p>Rede de WhatsApp da Plataforma pela Reforma do Sistema Político</p>	
<p>6. Carta ao Congresso sobre eleições e espaços democráticos.</p>	<p>21/02/2022</p>	<p>Entidades da sociedade civil</p>	<p>Carta ao Congresso para alertar a seus presidentes para os riscos da tramitação e aprovação de textos legais que impactem na existência e qualidade dos espaços democráticos e de exercício da pluralidade de opiniões e posições políticas pró-democracia a um ano eleitoral. Os PL's 272/2016 e PL 1595/2019 que alteram ou ampliam o escopo das ações antiterrorista estão em vias de serem pautados nos plenários da Câmara e do Senado.</p>	<p>Rede de WhatsApp da Plataforma pela Reforma do Sistema Político</p>	
<p>7. Carta aberta à gente Brasileira – por uma frente de Resistência e Reconstrução Nacional.</p>	<p>21/02/2022</p>	<p>Premiados do Prêmio Right Livelihood, o Nobel Alternativo, cidadãs e cidadãos, organizações da sociedade civil</p>	<p>Por uma Frente de Resistência e reconstrução Nacional</p>	<p>Rede de WhatsApp da Plataforma pela Reforma do Sistema Político</p>	
<p>8. Nota de repúdio ao Projeto de Lei nº 4444.2021.</p>	<p>12/03/2022</p>	<p>Entidades e movimentos sociais e ambientais</p>	<p>Não podemos permitir a privatização das nossas praias, nem de 1% delas! Vamos dizer não ao PL 4444/2021.</p>	<p>Rede de WhatsApp do Fórum Popular do Plano Diretor</p>	

			Cria o Programa Nacional de Gestão Eficiente do Patrimônio Imobiliário Federal, altera a lei 9636 de 1988, e dá providências.		
9. Carta aberta - As Comunidades quilombolas de Bujarú e Concórdia do Pará pedem socorro!	16/04/2022	Entidades e Movimentos Sociais	Que a empresa Brasil Fuels pare imediatamente de envenenar os igarapés do vale do rio Bujaru.	Rede de WhatsApp da Plataforma pela Reforma do Sistema Político	
10. Nota Pública de denúncia contra Lobby das mineradoras que ameaçam territórios livres de mineração pelo direito de dizer não e disputar alternativas.	20/04/2022	Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Articulação Internacional dos atingidos e atingidas pela VALE (AIAAV), Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração (CTDM) e organizações e movimentos sociais	Frente à expansão desenfreada da mineração no nosso país, um conjunto de redes de movimentos sociais populares, comunidades, organizações da sociedade civil, pesquisadores e militantes estão construindo lutas por Territórios Livres de Mineração (TLM) no Brasil.	Enviado e assinado por Athayde	
11. Nota Pública “Eleições e Manipulação Religiosa”.	21/04/2022	Organizações, Coletivos, pastorais e movimentos sociais	Em nota, dezenas de entidades pedem que as autoridades eclesiais se posicionem contra quaisquer lideranças políticas que insistem na utilização da religião com objetivos politiqueros, para fins meramente eleitorais, sem que assumam compromissos com a ética cristã.	Rede de WhatsApp da Plataforma pela Reforma do Sistema Político	
12. Adesão a Carta de Reivindicação	17/05/2022	Grupo de Trabalho em Prevenção Positivo- GTP+	Carta sobre a necessidade de mudanças de rumos da política de	Enviado pelo Athayde	

<p>a ser entregue ao ministério e Secretarias de Saúde.</p>		<p>Organizações da Sociedade Civil</p>	<p>AIDS no país, e apresentação de alternativas para que se continue o trabalho coletivo, coletivizado e propositivo no enfrentamento da AIDS e de seus determinantes sociais.</p>		
<p>13. Manifesto do Conselho Nacional das Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil e dos movimentos sociais em defesa do fortalecimento das Defensorias Públicas da assistência jurídica gratuita para o povo do Brasil.</p>	<p>23/05/2022</p>	<p>Conselho Nacional das Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil, movimentos sociais e sociedade civil</p>	<p>Resistir ao sucateamento do serviço público de acesso à Justiça. Em vez de querer fazer o que as Defensorias já fazem, os parlamentares e governantes deveriam focar naquilo que a Constituição da República lhes confiou: promover políticas públicas de garantia de direitos para colaborar na prevenção de conflitos e violações. Já a promoção de assistência jurídica às pessoas violadas deve ficar a cargo das Defensorias, que precisam de maiores investimentos do Poder Público para chegar a todos os municípios do país, levando dignidade, cidadania e direitos a todos os brasileiros.</p>	<p>Rede de WhatsApp da Plataforma pela Reforma do Sistema Político</p>	
<p>14. Abaixo assinado pela cassação do mandato do deputado Rodrigo Amorim (PTB/RJ).</p>	<p>19/07/2022</p>	<p>Movimentos Sociais e Redes</p>	<p>O deputado coleciona violências políticas além de se utilizar dessas para promover e alimentar a cultura do ódio no estado do Rio de Janeiro, já inseguro para quem defende os direitos humanos</p>	<p>Enviado por Athayde</p>	
<p>15. Assinatura da Carta para as empresas</p>	<p>28/07/2022</p>	<p>Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA), demais povos indígenas e tradicionais do</p>	<p>Em defesa dos povos indígenas e tradicionais do Brasil</p>	<p>Rede de WhatsApp da Plataforma pela</p>	

representadas pelas organizações patronais do Pará que solicitaram a saída do Brasil da Convenção 169 da OIT.		Brasil, movimentos e organizações sociais		Reforma do Sistema Político	
16. Carta às brasileiras e brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito.	28/07/2022	Brasileiras e brasileiros, organizações e movimentos sociais	No Brasil atual não há mais espaço para retrocessos autoritários. Ditadura e tortura pertencem ao passado. A solução dos imensos desafios da sociedade brasileira passa necessariamente pelo respeito ao resultado das eleições	Enviado por Athayde	
17. Adesão “Por Uma agenda Popular de Direitos Humanos no Brasil”.	11/08/2022	Organizações da Sociedade Civil	As organizações signatárias apresentam as propostas do documento para dialogar com os candidatos e candidatas no processo eleitoral 2022. Dar Publicidade a questões consideradas essenciais para uma Agenda Popular de Direitos Humanos no Brasil.	Enviado por Athayde	
18. Manifesto da Coalizão Direitos Valem Mais: Eleições 2022: Que Economia Queremos.	24/08/2022	Coalizão Direitos Valem Mais Organizações da Sociedade Civil	Manifesto para marcar posição sobre a política econômica atual e suas expectativas para uma nova gestão	Rede de WhatsApp da Conferência Popular pelo Direito à Cidade - RJ	
19. Alerta da Sociedade Civil Brasileira à	01/09/2022	O Grupo Agenda 2030 Organizações da Sociedade Civil Brasileira	Carta alerta dirigida à comunidade internacional, para que esteja atenta à grave situação de ameaça à democracia em curso no Brasil, que se	Enviada por Athayde	

Comunidade Internacional.			intensifica com a proximidade das eleições de outubro.		
20. Campanha “Os direitos das pessoas LGBTQIA+ não estão nos planos de quem se candidatou à Presidência do Brasil”.	14/09/2022	Organizações da Sociedade Civil	Campanha Lista de compromissos LGBTQIA+ - Guia de Políticas Públicas urgentes para as pessoas LGBTQIA+	Rede de WhatsApp da Plataforma pela Reforma do Sistema Político	
21. Manifesto do Pacto de preparação para as eleições	27/09/2022	Pacto pela Democracia Organizações da Sociedade Civil	Neste domingo, diante do aumento da violência política e do avanço autoritário em curso, exercer a democracia transcenderá o exercício do direito ao voto. Entre os mais importantes deveres da população deste país estará o compromisso individual e coletivo de zelar para que o processo eleitoral transcorra como se deve em democracia: em um ambiente em que todo o eleitorado e todas as candidaturas em disputa gozem de seus direitos e liberdades em máxima segurança; que missões de observação, mesários, mesárias e todos os agentes da Justiça Eleitoral possam realizar seu trabalho em plena tranquilidade; e que todos os brasileiros e todas as brasileiras, sem exceção, respeitem o sufrágio popular e legitimem, sem hesitação, o resultado da escolha da	Enviado por Athayde	

			maioria da população expresso nas urnas.		
22. Nota Técnica PL 8262 - IBDU (Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico).	07/10/2022	IBDU, Organizações da sociedade civil, academia	A presente nota técnica busca trazer argumentos técnicos relevantes contrários à aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei 8.262/2017, destacando os equívocos e as armadilhas que se apresentam em seu texto e que devem ser rejeitados por seus flagrantes vícios e sua incompatibilidade com o ordenamento jurídico nacional. Diante exposto é solicitado aos membros da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, colegiado agora responsável pela apreciação da proposição legislativa, que rejeitem a mesma e determinem o seu imediato arquivamento.	Rede de WhatsApp da Conferência Popular pelo Direito à Cidade (WhatsApp)	
23. Declaração Aberta sobre minerais de transição para COP27.	17/10/2022	Publique e organizações da sociedade civil	A extração de minerais transitórios, manchada pela má administração pública dos recursos, pela corrupção, pelo consumo excessivo e pela falta de atenção às pessoas e ao planeta, só irá abrandar a ação climática. Para garantir a extração, fornecimento e processamento responsáveis de minerais de transição que contribuam para uma transição energética bem sucedida, os governos, as empresas, as instituições internacionais e os investidores devem colocar as pessoas e o planeta no centro do processo.	Enviado por Athayde	

<p>24. Civil society organizations joint statement on the third finance in common summit. (Organizações da Sociedade Civil declaração conjunta sobre a terceira declaração financeira na cimeira comum).</p>	<p>17/10/2022</p>	<p>Organizações da Sociedade Civil</p>	<p>Fórum sobre bancos públicos de desenvolvimento.</p> <p>The third summit of PDBS should prioritize investing in human rights and sustainable solutions to go beyond a just recovery and move towards building a just, equitable, inclusive and sustainable world for all, present and future generations. (A Terceira Cimeira do PDBS deverá dar prioridade ao investimento em direitos humanos e soluções sustentáveis para ir além de uma recuperação justa e avançar para a construção de um mundo justo, equitativo, inclusivo e sustentável para todas as gerações, presentes e futuras.)</p>	<p>Enviado por Athayde</p>	
<p>25. Profecia e Esperança.</p>	<p>22/10/2022</p>	<p>Organismos, pastorais, instituições vinculadas ou relacionadas à Igreja Católica</p>	<p>Nós organismos, pastorais, instituições vinculadas ou relacionadas à Igreja Católica, vimos a público com profecia e esperança para nos manifestarmos quanto ao segundo turno eleitoral. Fazemos isso de maneira serena e vigilante, porque estamos preocupados com o presente e o futuro de nosso</p>	<p>Enviado por Athayde</p>	

			<p>país, com o que desejamos para nossas crianças, jovens adolescentes, pessoas adultas e idosos.</p> <p>Temos a firmeza e tranquilidade de nos posicionarmos em favor da eleição do ex-presidente Lula porque vivenciamos no seu anterior governo uma situação de paz, liberdade religiosa, respeito à democracia e compromisso social que precisamos reconquistar.</p>		
26. Manifesto ONGs pela Democracia.	20/10/2022	Organizações da Sociedade Civil, coletivos, movimentos sociais, institutos e fundações sem fins lucrativos	<p>A partir do momento que vivemos, é necessário que nos posicionemos radicalmente em favor de candidatura que pode derrotar Bolsonaro nas urnas, bem como todos os retrocessos e ideais antidemocráticos que ele representa. Assim, acreditamos que a única plataforma capaz de impor essa derrota é o movimento de frente ampla que vem sendo construído coletivamente em torno da candidatura do Presidente Lula e Geraldo Alckmin.</p>	Enviado por Athayde	
27. Nota de solidariedade à	14/11/2022	Entidades religiosas, organizações da sociedade civil, Organizações da Rede	<p>As entidades assinantes manifestam sua indignação e grave preocupação com</p>	Enviado por Athayde	

<p>Dom Vicente Ferreira.</p>		<p>Brasileira Justiça e Paz, movimentos sociais</p>	<p>respeito à vida e à segurança de um número crescente de pastores e agentes de pastoral (cristãos leigos e leigas, religiosos e religiosas, padres, bispos) que estão sendo ameaçados, agredidos e difamados por causa de suas reflexões e seu compromisso em consonância com o Evangelho e Ensino Social da Igreja.</p>		
<p>28. Carta pelas Cidades.</p>	<p>14/11/2022</p>	<p>Movimentos sociais, organizações da sociedade civil</p>	<p>A nova fase do Ministério das Cidades terá a oportunidade histórica de contribuir de forma significativa para uma nova etapa de justiça e inclusão social, oferecendo melhorias concretas para a maioria da população de maneira sustentável e que permita a concretização das aspirações de vivermos em um país mais justo e próspero. As cidades devem ser reconhecidas e pensadas enquanto um bem coletivo, onde, cotidianamente, se reproduz a vida da maior parte das brasileiras e brasileiros. É urgente colocar a melhoria da vida urbana no centro das políticas públicas, assim como incorporar as dimensões de raça e de sexo/gênero como estruturantes dessas políticas. Solicitamos, dessa forma, o agendamento de uma reunião com a</p>	<p>Enviado por Sandra</p>	

			equipe de transição, cujo tema será o destino das políticas urbanas do próximo governo.		
29. Carta à Lula e Equipe de Transição.	18/11/2022	Organizações-membro e aliados do GT Infraestrutura e justiça ambiental, movimentos sociais, organizações da sociedade civil	Com base no trabalho do Prof. Abramovay e na <u>carta final do encontro de Alter do Chão</u> , elaborada no evento, os movimentos sociais e outras organizações aliadas da sociedade civil, reunidos no GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental, apresentam propostas de ação estratégica para o novo governo. Nesse contexto, propomos a realização de uma reunião com membros da equipe de transição governamental com a brevidade possível, no intuito de discutir a inclusão destas propostas na agenda do novo governo, aproveitando a experiência das mais de 50 entidades parceiras do GT Infra e aliados na construção de um futuro com justiça socioambiental, com a inclusão de todo(a)s e o respeito à Natureza.	Enviado por Athayde	
30. Coleta de assinaturas com o PL do Lobby.	20/11/2022	Organizações da Sociedade Civil, movimentos sociais,	Projeto de lei que restringe e ameaça a participação da sociedade na esfera pública não pode ser pautado No apagar das luzes da legislatura e do atual governo, está na pauta da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 4391/2021, de autoria do Poder	Rede de WhatsApp da Plataforma pela Reforma do Sistema Político	

			Executivo, que regula a representação de interesses privados e da sociedade civil junto a agentes públicos, atividade conhecida como <i>lobby</i> . Apesar de ser um tema que necessita de regulamentação legal e de ser discutido há quase três décadas no Legislativo, o conteúdo do “PL do Lobby” e a urgência com que se pretende apreciá-lo em plenário, neste momento, trazem ameaças graves ao direito à participação social junto ao Legislativo, Executivo e Judiciário.		
31. Carta Pelas Cidades a Equipe de Transição.	25/11/2022	Movimentos Sociais, organizações e Entidades Atuantes	Movimentos Sociais, Organizações e entidades atuantes se reuniram para entregar a “Carta Pelas Cidades” ao GT Cidades da equipe de transição do Governo Federal. O documento também foi protocolado e entregue à Coordenação da Transição. A Carta propõe a retomada do Ministério das Cidades e uma linha de políticas progressistas voltadas para a melhoria da vida da maioria da população e a preservação ambiental.	Rede de WhatsApp da Conferência Popular pelo Direito à cidade	
32. Agenda Covid-19 Por Reparação e	28/11/2022	Organizações da Sociedade Civil, Agenda Covid-19	Aos(às) Relatores(as) Temáticos(as) dos Grupos Técnicos do Gabinete de	Rede de WhatsApp da Plataforma dos	

<p>responsabilizaçã o.</p>			<p>Transição Governamental, Vimos por meio desta apresentar uma Agenda com um conjunto de medidas voltado à <i>reparação</i> daqueles que sofreram as consequências diretas da Pandemia de Covid-19, bem como à <i>responsabilização</i> daqueles que deliberadamente ampliaram a tragédia. Somos um grupo de indivíduos e associações que está engajado com o reconhecimento do processo histórico que vivemos devido à pandemia e aos seus efeitos nefastos agravados devido às decisões tomadas e/ou ausência de decisões pelo grupo político no poder. As escolhas letais tomadas e a negligência durante o período geraram resultados negativos de dimensões sanitárias, político-econômicas e psicossociais.</p>	<p>Movimentos pela Reforma Política</p>	
<p>33. Articulação para Revogação de Atos Normativos.</p>	<p>28/11/2022</p>	<p>IBDU, Br.Cidades, Fórum Nacional da reforma Urbana, FENED, Ondas e organizações da Sociedade Civil</p>		<p>Enviado por Iracema</p>	
<p>34. Nota Pública de Apoio ao Limite</p>	<p>06/12/2022</p>	<p>Rede Brasileira de Justiça e Paz, Organizações da sociedade civil, pastorais,</p>	<p>Pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº104/2022 que restabelece o limite legal</p>	<p>Rede de WhatsApp da Plataforma dos</p>	

de Juros no Brasil.		movimentos, instituições e coletivos	das txas de juros no Brasil. Dom Walmor: É preciso mudar o quadro atual de uma economia que mata e da hegemonia do dinheiro, que prevaleça sempre a dignidade humana, seja dado a cada um o direito de honrar com as suas dívidas, o direito ao trabalho e a renda.”	Movimentos pela Reforma Política	
35. Mulheres de fé contra o Estatuto do Nascituro	07/12/2022	Organizações religiosas, organizações da sociedade civil, pessoas diversas	Contra o PL 478/2002, conhecido como Estatuto do Nascituro. Por um Congresso laico e despatriarcalizado para que nossa existência seja garantida.	Rede de WhatsApp da Plataforma dos Movimentos pela Reforma Política	
36. Carta a Lula para paridade de representação política das mulheres nos Ministérios Brasileiros	10/12/2022	Movimentos feministas, organizações da sociedade civil	Paridade de representação política de mulheres em todos os espaços. Campanha pelo que é fundamental para o aprimoramento da democracia representativa no Brasil: metade dos ministérios sendo liderados por mulheres.	Rede de WhatsApp da Plataforma dos Movimentos pela Reforma Política	

IX. Quadro de Riscos 2022

Riscos principais	Medidas preventivas	Análise dos Riscos e Ações Desenvolvidas
<p>1. Consolidação política da extrema-direita no cenário político brasileiro</p> <p>Com o fechamento de um acordo com o Centrão, uma coalizão de partidos fisiológicos de centro e de direita, o governo Bolsonaro estabeleceu maior controle sobre o Congresso Nacional e solidificou a ação de pequenos partidos de extrema-direita. Embora tenha pouco poder de voto no Congresso sem o apoio do Centrão, a bancada da extrema-direita tem se beneficiado dos acordos de Bolsonaro em torno do orçamento secreto e criado uma sobrevida para o futuro, apesar da iminente derrota de Bolsonaro nas próximas eleições presidenciais. As OSCs brasileiras têm nos partidos de extrema-direita seu maior desafio para o futuro, pois, além de abraçarem a agenda neoliberal, esses partidos utilizam-se da agenda de costumes e das guerras culturais para combater valores democráticos, a participação social nas políticas públicas e a inclusão de populações</p>	<p>O Ibase e as redes das quais participa devem se articular para enfrentar a guerra de narrativas que vem sendo utilizada pela extrema-direita. É preciso reafirmar o compromisso com a democracia e denunciar as reais intenções da extrema-direita nos planos econômico, político e social. O Ibase deve utilizar-se de sua ampla experiência em comunicação e campanhas para promover um amplo diálogo na sociedade sobre os problemas do conservadorismo de extrema-direita e reafirmar os avanços obtidos na sociedade desde o fim da ditadura militar. O Ibase deverá oferecer análises e promover debates sobre o que significa para a democracia brasileira ter uma força política abertamente de extrema-direita atuando no Congresso Nacional e deverá contribuir para a elaboração de estratégias coletivas das</p>	<p>Os dois principais pontos desse risco se concretizaram: a extrema-direita consolidou sua posição como força política no Congresso Nacional e Jair Bolsonaro perdeu as eleições presidenciais de 2022. Embora isso pareça contraditório, é apenas mais um indicador da complexidade do cenário político brasileiro. O Ibase atuou intensamente por meio de seus projetos e em suas parcerias em redes e fóruns para incidir no debate público sobre os perigos do conservadorismo de extrema-direita e os riscos que traz para a democracia e o respeito aos direitos das populações marginalizadas. Ao longo do segundo semestre de 2022, a quase totalidade da sociedade civil brasileira engajou-se no processo eleitoral (primeiro e segundo turnos). Com a vitória, vieram o processo de transição, durante o qual vários movimentos prepararam propostas que foram enviadas à equipe de transição do governo Lula 3, e, finalmente, e o período de montagem do novo governo, onde, mais uma vez, considerável número de ativistas de OSCs e movimentos sociais optaram por ocupar cargos na estrutura</p>

<p>marginalizadas, notadamente mulheres, populações negras, indígenas e tradicionais e população LGBTTTQIA+.</p> <p>Alta probabilidade – Grande impacto</p>	<p>OSCs que sejam alternativas políticas à influência dos setores conservadores na agenda pública.</p>	<p>do governo federal. O Ibase participou de alguns desses momentos, mas continuou implementando seus projetos, com destaque para a campanha “Pratos cheios de sonhos”, de auxílio emergencial para a primeira infância em uma das favelas onde trabalha no Rio de Janeiro. Nesse trabalho, como em vários outros, o Ibase estabeleceu conexões claras com as mudanças no mundo político. O aumento da fome entre crianças foi resultado das ações do governo Bolsonaro e a solução para tais problemas passa pela organização popular, pelo fortalecimento da sociedade civil e por ações de incidência junto aos governos.</p>
<p>2. Fragmentação dos setores progressistas em torno da candidatura Lula</p> <p>Para derrotar Jair Bolsonaro nas eleições de 2022, faz-se necessário uma ampla coalizão dos setores democráticos em um embate entre dois lados que muitos caracterizam como a civilização e a barbárie. É necessário não apenas combater o ultraconservadorismo, mas também as práticas generalizadas de corrupção e a atuação dos setores ligados às milícias infiltradas nos aparelhos de segurança do Estado. A sociedade brasileira tem se</p>	<p>No passado recente, houve várias discussões sobre a falta de espaço para críticas, por parte da sociedade civil, aos governos do PT. Também foi inegável a proximidade de vários setores da sociedade civil e dos movimentos sociais das administrações petistas. No entanto, sempre houve a reafirmação da autonomia da sociedade civil perante quaisquer governos. O Ibase, que também defende essa posição como um princípio, deverá propor debates que facilitem o</p>	<p>A sociedade civil e amplas parcelas da sociedade e do mundo político se uniram em torno da candidatura de Lula, incluindo setores da assim-chamada “direita democrática”. Durante o processo eleitoral essa aliança cresceu e tem conseguido se manter desde a eleição. Há algumas tensões entre as forças políticas, mas a habilidade política de Lula garantiu apoio de setores importantes do PMDB e de vários outros partidos de centro-direita e até alguns ligados ao Centrão. A partir do processo de transição, já foi possível perceber uma movimentação expressiva de ativistas da sociedade civil sendo indicados para cargos na</p>

<p>reunido para demonstrar seu apoio à aliança entre o ex-presidente Lula (Partido dos Trabalhadores -PT) e vários partidos de centro-esquerda e centro-direita, mas há críticas à chapa composta por Lula e Geraldo Alckmin, político historicamente ligado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (e que há alguns meses se filiou ao Partido Socialista Brasileiro - PSB). Há muitas críticas, apesar da admiração por Lula, e o temor de que haja alguma fragmentação dos setores progressistas, com a formação de uma oposição ao governo Lula, por um lado, ou que ocorra a cooptação de organizações e lideranças da sociedade civil, por outro, como reação às críticas.</p> <p>Alta probabilidade – Grande impacto</p>	<p>diálogo e a colaboração entre um governo democrático e as OSCs, mantendo a unidade dos setores progressistas e garantindo o respeito às suas autonomias.</p>	<p>administração pública em nível federal. No entanto, ainda não há indicativos de que essas contratações irão afetar o funcionamento ou a autonomia das OSCs e movimentos sociais progressistas.</p>
<p>3. Uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) como instrumentos de agitação política e de disseminação da extrema-direita</p> <p>Um dos marcos da eleição de 2018 foi o uso das TICs pela extrema-direita para conquistar eleitores a partir da distribuição em massa de informações falsas. O processo violou não apenas as regras da Justiça Eleitoral, mas também o direito à comunicação ética e</p>	<p>A sociedade vem lentamente reagindo ao uso criminoso das TICs com o projeto de lei que criminaliza as notícias falsas, em trânsito no Congresso. A Justiça Eleitoral também vem implementando medidas para coibir tais abusos. Por seu histórico na promoção do uso da internet no Brasil, o Ibase deverá se juntar a iniciativas em que se debata o tema</p>	<p>O uso das TICs por forças conservadoras durante a eleição de 2022 foi intenso, mas não o suficiente para garantir a vitória de Bolsonaro. Os setores progressistas, no entanto, ainda não foram capazes de ter uma presença digital comparável à dos setores conservadores nem conseguiram criar regras de uso da Internet que impeçam a disseminação de notícias falsas e a manipulação emocional que mobiliza votos em torno de valores contrários aos direitos humanos,</p>

<p>de interesse público. O uso das TICs se expandiu com a ascensão de comunicadores de extrema-direita que utilizam plataformas de redes sociais, como o YouTube, para monetizar vídeos inteiramente produzidos com base em informações falsas e caluniosas contra várias figuras públicas. A atuação do Gabinete do Ódio saiu de dentro do Palácio do Planalto e se expandiu para <i>sites</i>, produtoras de vídeos baseadas no exterior, redes sociais e aplicativos de mensagens com a disseminação de mensagens e o chamamento para a realização de ações violentas contra ativistas, militantes, movimentos sociais, OSCs e entidades ligadas à cultura.</p> <p>Alta probabilidade – Grande impacto</p>	<p>“Internet e direitos”, de forma a garantir que a perspectiva da sociedade civil esteja incluída nos debates e nas ações que normatizem o funcionamento da internet no Brasil. O Ibase também deve incidir para que OSCs e movimentos sociais aprimorem seu uso das TICs e produzam massa crítica sobre a questão da “Internet e direitos”.</p>	<p>à diversidade e à justiça social. Para atuar de forma mais incisiva no tema “Internet e direitos”, o Ibase, em parceria com a Abong e a Ação Educativa, desenvolveu uma proposta para a União Europeia sobre o tema. O documento síntese foi aprovado ainda em 2022 e a proposta completa está em análise.</p>
<p>4. Violência e banalização da vida</p> <p>Já a partir do golpe que levou ao <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff em 2016, houve uma espécie de estímulo implícito ao uso da violência nas relações cotidianas no Brasil, seja no espaço público ou privado. Com a eleição de Jair Bolsonaro, pode-se afirmar, sem hesitação, que a vida passou a valer menos no país, especialmente, daqueles grupos que são o alvo central do ódio da extrema-direita (mulheres e</p>	<p>O Ibase deverá implementar uma campanha de conscientização sobre a banalização da violência e seu custo em vidas humanas. Essa campanha deverá estimular o debate público de forma a estimular que haja uma redução dos crimes violentos com vítimas fatais, seja pela devida apuração e punição de quem os comete, seja por meio de ações que eliminem os riscos de morte,</p>	<p>Enquanto a violência no Brasil continuou a crescer e alcançou o mundo da política, o Ibase não foi capaz de implementar essa campanha. No Plano 2022, duas campanhas foram propostas, mas só houve recursos e tempo para organizar um delas, a de distribuição de alimentos para a primeira infância. O tema da violência, no entanto, continua relevante para a sociedade brasileira.</p>

<p>populações negras, indígenas e LGBTTTQIA+). Seja na disputa por acesso a recursos de toda ordem, seja por pura expressão do preconceito, no Brasil de hoje pessoas de determinados grupos são assassinadas de forma violenta em números e com frequência maiores. É urgente que a sociedade civil e os setores democráticos se unam para deter a escalada da violência e da morte como ocorrências naturais na sociedade.</p> <p>Alta probabilidade – Grande impacto</p>	<p>como o acesso às armas de fogo. O Ibase deverá promover um amplo debate na sociedade sobre a banalização da vida e mobilizar outros atores para ações que possam denunciar esse problema e promover a defesa da vida dos setores marginalizados da população, desproporcionalmente atingidos pela violência.</p>	
<p>5. Cenário internacional em um mundo pós-Covid e em meio à guerra da Ucrânia</p> <p>O mundo ainda não saiu propriamente da pandemia de Covid 19 e já se encontra em meio à guerra entre Rússia e Ucrânia. A combinação desses dois eventos pode ter consequências imprevistas no futuro próximo, especialmente, pelo fato das forças de mercado, os grandes conglomerados empresariais e os setores financeiros globalizados (o capital especulativo financeiro) não cessarem de exercer influência e controle. Por outro lado, por conta da pandemia, os fóruns internacionais foram restritos e tiveram pouca participação da sociedade civil, especialmente, do Sul Global. A tendência é a desigualdade global aumentar, com mais pobreza, maior destruição ambiental e um severo déficit democrático em</p>	<p>O Ibase deverá articular-se internacionalmente para garantir que as vozes do Sul Global voltem a fazer parte do diálogo sobre os destinos do mundo. Nos vários espaços de que participa (Fórum Social Mundial e Forus), o Ibase deverá pautar a questão da democracia e a importância de que a sociedade civil participe das grandes discussões de temas da atualidade. O Ibase também deverá continuar com sua estratégia de conectar, sempre que possível, seus projetos no território com debates na arena internacional, de modo que a participação da instituição reflita, incorpore e dissemine as vozes dos setores mais excluídos. Por último, o Ibase deverá atuar no</p>	<p>A vitória de Lula levou o Brasil de volta ao cenário internacional antes mesmo de sua posse. O Ibase vem intensificando sua atuação internacional por meio da participação na diretoria executiva da Abong e do Comitê Executivo do Forus. A sociedade civil também está se preparando para a grande possibilidade de o país receber eventos internacionais durante o governo Lula 3, assim como já havia recebido nos governos Lula 1 e 2. Já há planos para o país receber a COP e uma reunião do G20. Sobre os Novos Paradigmas, a realização das atividades desse projeto no segundo semestre de 2022 foi prejudicada pela predominância das eleições no cenário político. Mesmo assim, alguns encontros foram realizados e uma publicação deverá ser lançada em 2023.</p>

<p>vários países do mundo. Os paradigmas de desenvolvimento vigentes podem levar a humanidade a um período de barbárie raramente visto.</p> <p>Alta probabilidade - Grande impacto</p>	<p>Projeto Novos Paradigmas de maneira a estimular o debate sobre o estado da democracia no mundo atual, questionando que ações podem efetivamente levar a outro modelo de desenvolvimento e de sociedade.</p>	
---	--	--

